



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

IG.
f

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 03 | 26 de junho de 2020

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, no Centro Cultural do Cartaxo, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Cartaxo. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

Presidente, senhor Augusto Gonçalves Parreira (PS), **1.º Secretário**, senhor Marco Bruno Lavrador de Oliveira Rodrigues (PS) e **2.º Secretário**, senhora Filipa Maltieiro Duarte Rodrigues. -----

PRESENCAS: -----

Assinaram a *Lista de Presenças*, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

José Manuel Morgado Antunes Barroso (PPD/PSD.NC) -----

Artur Jorge da Silva Caetano, *em substituição* (PS) -----

José Augusto Santos de Jesus (PPD/PSD.NC PS) -----

Mário Júlio Roque dos Reis (CDU) -----

Carolina Nazaré Simões, *em substituição* -----

Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC) -----

Hugo de Almeida Narciso Gomes Vieira (PS) -----

Nuno Manuel Miranda Marques Serra, *em substituição* (PPD/PSD.NC) -----

Manuel Luís Salgueiro, *em substituição* (PS) -----

Catarina Maria Lagarto Marques (CDU) -----

Vera Isabel Cordeiro Maximiano Custódio (PS) -----

Francisco Manuel Miguel Colaço (BE) -----

João Pedro Diniz Flor de Oliveira (PPD/PSD.NC) -----

Catarina Simão Bento Pinheiro (PS) -----

Diogo Alexandre Pereira Martins (PS) -----

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar (PPD/PSD.NC) -----

Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra (PS) -----

Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues, *em substituição* (CDU) -----

Délio da Silva Pereira (PS) -----

Célia da Conceição Rodrigues Morgado Pereira, *em substituição* (PS) -----

Jorge Manuel Pisca de Amorim Lúcio (MIP) -----

Maria Margarida Dos Santos Oliveira Abade (PS) -----

José Alberto Alves Belo (PS) -----

Vasco Manuel Marques de Sousa Casimiro (PS) -----

EXECUTIVO MUNICIPAL: -----

Estiveram presentes da parte do executivo municipal, o Presidente da Câmara Municipal, senhor Pedro Miguel Magalhães Ribeiro (PS), o Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhor Fernando Manuel da Silva Amorim (PS) e os e os Vereadores, senhora Elvira Felicidade Ferreira Rodrigues Tristão (PS), senhor Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre (PS). -----



IG.
R

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SUBSTITUIÇÕES: -----

Nos termos legais, pediram substituição e foram substituídos os seguintes membros da Assembleia Municipal: senhora Ana Sofia dos Santos Vitoriano Amendoeira (PS), senhor Paulo André Ramalho Caetano (PS), senhor Gentil de Sousa da Pena Duarte (PS), senhora Ana Sofia Correia Amaro dos Penedos (PPD/PSD.NC) e senhor Délio Modesto. O senhor Presidente da Junta da Freguesia da União de Freguesias Ereira e Lapa, senhor João Herculano Fernandes Nunes, não pôde estar presente, tendo sido substituído. -----

ORDEM DO DIA: -----

Da presente sessão constava a seguinte *Ordem do Dia*, previamente elaborada e datada de dezanove de junho do corrente ano: -----

1. Apreciação do relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro */para apreciação;*
2. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal - P.º 344/2017 06 DIV. */para apreciação;*
3. 3.ª alteração ao mapa de pessoal de 2020, de acordo com o disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente, e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação. */para apreciação;*
4. Autorização prévia da reprogramação dos compromissos plurianuais referente ao contrato de "Aquisição de combustíveis rodoviários através de cartão eletrónico de abastecimento, designadamente gasolina e gasóleo". */para apreciação;*
5. Organização, estrutura e funcionamento dos serviços municipais. */para apreciação;*
6. Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão - Ano 2019. */para apreciação;*
7. Aplicação do resultado líquido do exercício - Ano 2019. */para apreciação;*
8. 1ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano - ano 2020. */para apreciação;*
9. FAM - Aplicação do disposto no artigo 3.º-B da Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril. */para conhecimento;*
10. Direção-Geral do Património Cultural – PATA (prospecção) para Estudo Ambiental da Linha do Norte, km 060+189, Viaduto no Apeadeiro de Santana/ Cartaxo para supressão da passagem de nível ao km 060+090. Apeadeiro de Santana/Cartaxo Santana. */ para conhecimento.*

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram dezoito horas e vinte e três minutos. -----

--- Saudou os membros da Assembleia Municipal, o público e a comunicação social presentes e agradeceu a presença do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores Elvira Tristão e Pedro Nobre; justificou a ausência da senhora Vereadora Ana Bernardino por motivos profissionais e informou que o senhor Presidente da Câmara Municipal se juntaria à sessão mais tarde. -----

APROVAÇÃO DE ATAS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação as atas presentes, após constatar não existirem interessados em intervir no período destinado à sua apreciação. -----

APROVAÇÃO DA ATA N.º 7 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 04/12/2019. -----



IG.

↓

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata supra mencionada**, com dezoito (18) votos a favor, sendo doze (12) do PS, dois (2) do PPD/PSD.NC, dois (2) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP. -----

APROVAÇÃO DA ATA N.º 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 28/05/2020. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata supra mencionada**, com doze (12) votos a favor, sendo oito (8) do PS, dois (2) do PPD/PSD.NC, um (1) da CDU e um (1) do MIP. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou a existência de inscrições para o período de *Intervenção do Público* [ao qual se fará referência na presente ata, de acordo com o estatuído na lei, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia]. -----

--- De seguida informou que a sessão estava a ser transmitida de forma diferente da anterior, que teriam uma câmara que iria transmitir a imagem da plateia. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

MOÇÃO "SALVAR CENTENAS DE MPME" – Apresentada pela CDU. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, **senhora Catarina Lagarto (CDU)**, que no uso da palavra, procedeu à leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 1), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à discussão da moção; não tendo registo de mais interessados em intervir, colocou a votação a moção apresentada. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a moção apresentada, com nove (9) votos a favor, quatro (4) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU um (1) do BE e um (1) do MIP, doze (12) votos contra do PS e quatro (4) abstenções sendo uma (1) do PPD/PSD.NC (*senhor José Barroso*) e três (3) do PS (*senhores Marco Rodrigues, Délio Pereira e Vasco Casimiro*). -----

DELARAÇÃO DE VOTO: -----

➤ **O membro da Assembleia Municipal, senhora Salete Marques (PS)** disse "*Concordo genericamente com a moção, não concordo com a ideia que não houve quaisquer apoios para os trabalhadores independentes, foi público que o governo desencadeou mecanismos de apoio a estes trabalhadores.*" -----

MOÇÃO "AS AÇÕES FALAM ALTO DO QUE AS PALAVRAS" - Apresentada pela CDU. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, **senhor Rodrigo Rodrigues (CDU)**, que no uso da palavra, procedeu à leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 2), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão da moção apresentada e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, **senhor Hugo Vieira (PS)**, que reiterou que as moções trazidas à Assembleia Municipal deveria ter foco em especial na comunidade, que ali representavam e, não estar a trazer algo a nível nacional, para passar em todas as câmaras. Questionou se algum membro da assembleia tinha competência para afirmar que, o SNS precisava de 25% de financiamento a mais, ou 20% ou 30%. Referiu que aquela não era uma competência



SG.
8

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquela assembleia, nem tinham meios internos para decidir uma percentagem extra de financiamento para o SNS, assim como outras medidas que vinham referidas na moção. Transmitiu que a moção aprovada numa sessão anterior sobre a valorização dos profissionais de saúde tinha feito sentido, no entanto aquela moção com aquele tipo de especificidade, fora do âmbito daquela assembleia não lhe fazia sentido aprovar.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC), que cumprimentou os presentes. -----

--- Prosseguiu dizendo que, relativamente, à moção apresentada embora concordasse genericamente com os seus princípios, acompanhava algumas das reticências levantadas pelo seu antecessor, nomeadamente, no que dizia respeito às balizas da melhoria do SNS. Disse que a assembleia municipal tinha um papel obvio, como órgão de relevância no panorama do distrito a propor moções ao governo, mas obviamente não tinha competência, nem conhecimentos para propor 25% de aumento do orçamento, ou número de camas; aqueles eram assuntos que deveriam ser discutidos com o ministério da tutela, também ouvindo as entidades de importância relevante na matéria. Afirmou que o PSD poderia viabilizar o texto, se o mesmo adotasse a forma de recomendação, se retirar do seu conteúdo os 25%, a reconversão da indústria. -----

--- Por fim considerou que uma forma de respeitar os profissionais de saúde era também respeitar as normas da DGS e, não tentar alterar as regras que, eram iguais para todos, ou tentar contornar as regras para atividades sejam elas lúdicas, ou de cariz mais político que possam colocar em risco a saúde pública. Acrescentou que consideravam, do ponto de vista do governo, uma forma de dar mérito aos profissionais de saúde passava pela necessidade de aumentar os seus salários e, dar a benesse aos que trabalhavam horas e horas, sem fim no sistema nacional de saúde que, estava a té a ver a comportar-se bem, devido ao esforço dos seus profissionais. Reiterou a proposta de alteração para recomendação, que se aceitassem iriam votar favoravelmente, caso contrário votariam em abstenção. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que registou que em coerência com a posição tomada em assembleia intermunicipal só poderia estar de acordo com aquela moção. Realçou o valor que tinha de ser dado aos profissionais do serviço nacional de saúde, médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar. Releveu o próprio serviço nacional de saúde pública, que se estava a portar à altura da crise que estavam a viver, com muito esforço dos profissionais do serviço nacional de saúde e que não tinham sido reconhecido devidamente, esses mesmos profissionais. Observou que, recentemente, tinha estado internado no hospital de Santarém e, tinha assistido a muitos desabafos dos seus profissionais, a quem é pedido, sucessivamente 12 horas de trabalho e, depois não são pagas as horas extras e, depois é o cansaço acumulado e, depois é o querer servir bem todos os utentes do serviço nacional de saúde mas, faltam profissionais, faltam trabalhadores para preencher lugares, que deveriam já estar ocupados. Salientou que a última governação e a atual, tinham tido algum avanço, relativamente à governação anterior de Passos Coelho e Paulo Portas, que tinha sido a tentativa de destruição do SNS. Disse que não era demais um apelo ao governo do país para que investisse no serviço nacional de saúde que, talvez fosse melhor investimento que entidades bancárias. Terminou referindo que iria votar favoravelmente a moção, porque entendia que tinha todo o cabimento. --

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU), que disse que concordavam com alterações propostas pelos membros da assembleia do PSD. -----



IG.
P

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Rodrigo Rodrigues (CDU), que esclareceu que o evento “Festa do Avante” que tinha sido referido em duas intervenções, era uma atividade político-cultural. Acrescentou ainda que não havia contornar da lei pois, tinham estado a viver o mês de abril todo, sob o estado de emergência, onde a atividade política nunca esteve suspensa, nem a pandemia suspendeu a atividade política. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a recomendação, com as alterações propostas pelo senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC).-----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a recomendação apresentada**, com treze (13) votos a favor, sendo três (3) do PS (senhores Vera Maximiano, José Belo e Célia Morgado), cinco (5) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP, quatro (4) votos contra do PS (senhores Hugo Vieira, Manuel Salgueiro, Salete Marques e Catarina Pinheiro) e sete (7) abstenções do PS. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

O membro da Assembleia Municipal, senhora Salete Marques (PS) disse “ Esta é uma recomendação dividida em duas partes: tem uma primeira parte onde se enaltece a ação dos profissionais de saúde e, uma segunda parte consubstanciada num conjunto de propostas relativamente ao funcionamento do país, no que diz respeito ao combate à pandemia. Se é verdade que não podemos deixar de subscrever aquela primeira parte, enaltecer todo o esforço, todo empenho, toda a dedicação, toda a competência que os profissionais do serviço nacional de saúde colocaram em cima da mesa, numa altura em que país tanto precisou; eu penso que esta não será a sede adequada para os compensar como devem ser compensados, essa sede será, seguramente, a negociação de condições de trabalho, a negociação salarial por outras vias que não esta. Por outro lado, relativamente, ao conjunto de propostas apresentadas, existem algumas com as quais até concordo, outras que já estão executadas, outras inexecutáveis, há outras que estão em curso. Talvez não saibam, mas relativamente à produção de máscaras, equipamentos de proteção, o governo disponibilizou uma verba que já vai em 251 milhões de euros, para apoiar as empresas nacionais, que queiram reconverter-se e passar a produzir máscaras e equipamentos de proteção individual e um outro conjunto de bens e equipamentos destinados a apoiar no combate à covid. As empresas têm até dezembro para utilizar o dinheiro, houve milhares de candidaturas, se os projetos se concretizarem, Portugal ficará apto a abastecer-se, a abastecer a Europa toda portanto, estas propostas acabam por ser um pouco inexecutáveis, razão pela qual não posso votar favoravelmente esta recomendação.”.-----

• O membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE) disse “Querida realçar o facto de a recomendação ter sido aprovada, o que sendo uma recomendação tem o seu efeito positivo porque, que vê a política do ponto de vista positivo, tudo o que são propostas, recomendações são bem-vindas porque, como já dizia o outro “para melhor está bem, está bem, para pior já basta assim.”. Eu não tenho medo das utopias, não tenho medo que as recomendações vão além daquilo que, eventualmente, possa ser ou não possível mas, quando se debatem estas coisas, quando se fala das necessidades, quando se fala que há profissionais de saúde que não recebem horas extras e que, estão consecutivamente, a serem obrigados, de certa forma, a fazê-las não estamos aqui a fazer política, estamos falar do país real e, o país real são trabalhadores, inclusivamente, do Cartaxo, que são profissionais de saúde no hospital de Santarém e, que são obrigadas a meter baixa porque não aguentam este ritmo de trabalho. É preciso saber do que falamos



EG
L

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e, é preciso ultrapassar o formalismo das políticas oficiais e conhecer a vida concreta das pessoas. Quando pedimos dignidade e quando defendemos aqui mais atenção para o serviço nacional de saúde, a nossa conquista de Abril, queremos que ele funciona bem mas, queremos que ele funcione bem não há custo dos direitos dos seus profissionais, queremos que ele funcione bem respeitando os direitos dos seus profissionais portanto, não é gratuito, nem é a mais vir aqui falar destas coisas e, defender que deve ser melhorado aquilo que tem de ser melhorado e fazer recomendações.”-----

• O membro da Assembleia Municipal, senhora Vera Maximiano (PS) disse *“Boa tarde a todos. Eu votei a favor desta recomendação, acho que, como profissional de saúde e no interior do sistema, tudo nos falta, nunca é demais pedir seja como for seja exequível ou não. Nos últimos meses temos sentido uma pressão enorme em todos os sentidos, abdicamos da nossa vida pessoal para vos darmos, a nossa entrega é total mais do que aquilo que vocês pensam; eu, por exemplo desde o dia 16 de Março não tenho um único dia de folga, mal tenho tempo de almoçar e pedem-me em casa para eu tentar ser a Vera que era, não consigo... Trabalho no mínimo 12 horas por dia, levanto-me todos os dias às 4:30, para estar em Lisboa na DGS às 6:00 da manhã, para vos poder dar os dados. Portanto, eu penso que nós, profissionais de saúde, todos os meus colegas, que estão na linha da frente, inclusive o meu marido, estamos a fazer um esforço não vos passa, minimamente, pela cabeça porque se vos passasse pela cabeça, todas as recomendações ligadas aos profissionais e aos investimentos na saúde eram bem aceites. Eu penso que, mais uma vez, só quem passa pela doença, só quem passa pela necessidade de ter cuidados de saúde, tal como o senhor deputado Francisco Colaço, é que percebe a necessidade que há sempre no investimento e que nunca nada está suficiente porque, somos pessoas todos, ciclicamente, adoecemos e portanto, qualquer investimento e vocês um dia perceberam se isso vos acontecer, se precisarem de alguma coisa e realmente não a tenham. O serviço nacional de saúde precisa de ajuda, precisa de melhoria e se nós tivéssemos feito um investimento maior, hoje não estaríamos com estes dados da pandemia. Falta material, falta material de proteção, faltam médicos, faltam os enfermeiros temos pessoas infetadas que, estão durante 14 dias em casa e que não são seguidos por ninguém, não têm quem lhes passe baixa, não têm quem lhes dê uma receita médica, temos famílias inteiras infetadas, eu hoje lidei com uma família com 12 pessoas infetadas, que estão há 16 dias fechados em casa e não tiveram um único contacto médico e, a falha não é do médico porque, nós garanto-vos damos corpo e alma para termos brilho naquilo que fazemos mas, realmente, sem condições nós não o conseguimos fazer e, se nós não o conseguimos fazer todos perdemos, todos perdemos de uma forma ou de outra todos perdemos portanto, bem-haja pela recomendação que aqui trouxeram.”-----*

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR FRANCISCO COLAÇO (BE). ---

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE)**, que começou por saudar os profissionais do SNS e relevar a importância do serviço nacional de saúde público, um serviço público prestado à população e que assenta no esforço e capacidade dos seus profissionais. Realçou a necessidade de tratar devidamente os profissionais de saúde, que não estavam a ser bem tratados por parte do poder político. -----

--- Observou a questão dos pequenos e médios empresários que colocam os seus colaboradores em *layoff* e que ficam sem receber nada porque, não estava previsto nenhum tipo de apoio. Referiu que tinha sido



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovado um diploma na Assembleia da República que previa esse apoio mas, que o mesmo tinha sido vetado pelo Presidente da República há 2 dias. -----

--- Alertou para as situações de grave rutura social e, realçou o esforço que a câmara tinha feito no acompanhamento daquelas situações. Disse que não viviam da política, mas eram enquanto eleitos 24 horas agentes da política e, isso era estar com as pessoas, ouvi-las e tentar ajudá-las, independentemente, do cargo no órgão institucional. De seguida fez a leitura de um alerta de uma cidadã do Cartaxo que, iria tentar ajudar e reportar a situação aos serviços de ação social da câmara municipal. Solicitou que todos fizessem o mesmo, que todos os casos que tivessem conhecimento daquela índole reportassem ao sistema, ou dar conhecimento à Vereadora da área porque, muitas daquelas pessoas não sabem como se mexer, não sabem a que porta bater para ter ajuda, ficam em desespero, entram em depressão e, por vezes, optam pelas piores soluções. -----

--- Salientou estavam a meio de uma situação a nível da pandemia, tinha terminado ou estava a terminar a primeira vaga mas, existia o risco de haver uma segunda vaga. Referiu que pneumónica de 1918 tinha-se assistido a uma situação semelhante: houve uma primeira vaga, as pessoas ficaram saturadas do recolhimento e de uma série de regras e, quando foi aliviada pensaram que a situação estava controlada, quando veio a segunda vaga o descontrolo foi total e, houve entre 50 e 100 milhões de mortos. Deixou vários alertas sobre a situação de pandemia, sobre o uso das máscaras, o distanciamento social, o comportamento cívico e o cumprimento das normas emanadas pela DGS. Criticou a gestão da situação nas grandes metrópoles, nomeadamente, nos transportes públicos da grande Lisboa, onde as pessoas viajavam em cima umas das outras e, nada tinha sido feito para alterar a situação, fazendo com esses concelhos continuem com um grande número de infetados. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR JOSÉ BARROSO (PPD/PSD.NC). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Barroso (PPD/PSD.NC), que, no uso da palavra, cumprimentou os presentes. Observou que nas questões feitas pelo público apenas, tinham recebido a do senhor Ricardo Magalhães. Acrescentou que todas as bancadas tinham o direito de ali apresentar as moções/recomendações que quisessem fossem elas de âmbito mais local ou nacional, poderiam concordar com elas ou não e votariam de acordo. -----

--- Questionou sobre a pintura da circular urbana da cidade do Cartaxo, solicitando o ponto de situação. Referiu que o executivo tinha a legitimidade para definir as prioridades mas, não conseguia compreender as mesmas pois, iam gastar-se 70 mil euros no jardim da Quinta das Correias, quando existiam outras situações como repavimentação que lhe pareciam ser prioritárias. -----

--- Abordou a questão da sinalética na cidade do Cartaxo, sinais colocados a baixa altura, tortos e, perguntou para quando estava prevista a troca, substituição de sinais. Questionou ainda sobre o projeto "Campo Seguro" pois, os sinais ainda não estavam no campo. Por fim, observou uma situação de uma rutura junto ao depósito de água que, estava ali há meses. -----

PROLONGAMENTO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA - Pedido apresentado pelo MIP. -----



PG.
P

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa dispunha de um pedido de prorrogação do período de *Antes da Ordem do Dia*, apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP), que submeteu a votação. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento por mais trinta minutos do período de *Antes da Ordem do Dia*. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR JORGE PISCA (MIP). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP), que começou por cumprimentar os presentes. -----

De seguida fez a seguinte intervenção “Começo por fazer a minha intervenção, recordando que sobre a administração pública em geral, onde se inclui a administração autárquica e os órgãos que a representam, recai o dever de pronúncia sobre as questões que lhe sejam colocadas, como decorre do artigo 13º. nº. 1 do Código do Procedimento Administrativo, o que acaba por consubstanciar um verdadeiro dever de resposta a todas as solicitações que lhe sejam feitas. Sucede que, apesar dos muitos pedidos já formulados, quer em reuniões de Câmara, quer nesta Assembleia, ou até por via de email, até á presente data (e já decorreram alguns meses desde a sua formulação inicial), várias questões por mim colocadas continuam sem obter qualquer resposta. Aliás, não compreendo como é que, sendo V.Exa. o Presidente desta Assembleia, órgão máximo desta autarquia, com poder de fiscalização sobre a própria atuação da Câmara Municipal, permite e compactua com a ocorrência deste tipo de situações. Por isso, é de lamentar que não haja democracia na casa da democracia. Aliás, provavelmente até foi essa uma das causas de afastamento do Provedor do Município. É com grandes maiorias que se começam os estados autoritários. ----- Assim, mais uma vez e antes de avançar para outras instâncias, volto a questionar: -----

---Trânsito de pesados na Freguesia de Pontével: Relativamente a esta matéria, por iniciativa, do MIP-Movimento Independente Pluralista, em 21 de setembro de 2018, foi apresentada uma moção na Assembleia de Freguesia de Pontével, a qual foi aprovada por unanimidade; posteriormente foi apresentada em Reunião de Câmara e, sob a forma de moção, foi apresentada pelo MIP-Movimento Independente Pluralista, em sessão de Assembleia Municipal realizada no dia 27 de setembro de 2018, tendo sido objeto de discussão que veio a originar a realização de reuniões conjuntas entre o Município do Cartaxo e o Município de Azambuja, no sentido de estabelecer uma plataforma consensual quanto a esta matéria. Na sequência das reuniões existentes entre ambos os municípios, foi obtido entendimento quanto à proibição do trânsito de pesados nos moldes pretendidos, designadamente no que concerne à proibição de passagem dos mesmos na Freguesia de Pontével. Mais foi acordado que a formalização do acordo obtido seria submetida a discussão e votação na Assembleia Municipal a realizar em Abril. Em virtude das restrições impostas pela necessidade de contenção da propagação da doença COVID-19, não foi realizada aquela sessão de Assembleia Municipal. Aguardei que o assunto em causa fosse incluído na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal realizada em 28.05.2020, mas não o foi. Aguardei que fosse incluído nesta Assembleia (26.06.2020), mas, para meu espanto, também não o foi.... e assim se passa mais um mês.... Por quanto tempo mais teremos de aguardar pela formalização de algo que já está acordado? -----

--- ETAR's e saneamento básico: Por diversas vezes e modos (oralmente e por escrito) já interpelei o executivo camarário e até a própria Assembleia Municipal, no sentido de serem facultados os resultados



JG.

↓

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das análises regularmente efetuadas nas ETAR's de todo o concelho, isto é, Cartaxo, Pontével e Valada, para que, além do necessário conhecimento dos mesmos, possa ser efetuada uma análise comparativa de tais resultados, sempre no intuito de promover a melhoria das condições dos serviços prestados aos municípios e fregueses mas, até à data, as informações solicitadas ainda não foram facultados. Por que razão? Qual é a dificuldade existente para que as mesmas não sejam facultadas? Após um ano e meio os Casais Penedos continuam a aguardar ligação ao saneamento básico. Porquê? O que falta, para que a ligação seja feita? Os Casais Lagartos, após tantos anos, continuam sem prazos estabelecidos para a ligação ao saneamento básico. Porquê? Porque razão ainda não foi efetuada a ligação ao saneamento básico na Rua do Desterro? -----

--- Referiu depois que, a economia do concelho preocupava a todos e, embora o motor sejam os próprios empresários, o município não podia deixar de ser um elemento fortemente dinamizador. A dinamização só não se conseguia sem um forte empenho em alimentar políticas direcionadas para os empresários, em acompanhar, devidamente, aquelas matérias. Acrescentou que o executivo tinha promovido um conjunto de visitas às empresas contatado com a sua realidade assim, questionou o que tinha sido recolhido por parte do executivo, em termos de informação; solicitou um balanço das visitas feitas, que já levava um extenso investimento de tempo da sua parte. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para resposta às questões formuladas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por apresentar os seus cumprimentos a todos, agradeceu a possibilidade, por razões de saúde, de participar na reunião através daquela plataforma digital. Saudou em especial o senhor Francisco Colaço por se encontrar já recuperado. -

---Transmitiu, relativamente, às pinturas das vias que, em agosto estariam no terreno. Sobre a opção do arranjo paisagístico da Quinta das Correias em contraponto com as pavimentações disse que, era uma questão de prioridades de acordo com o programa eleitoral, que tinha sido sufragado e, que procurava um equilíbrio entre o betão/alcatrão com as zonas de lazer, em que a densidade populacional assim o justificassem. -----

--- Quanto às questões da sinalética informou sobre o sinal junto da martinica já tinha sido alterado, segundo os serviços e, que realmente, se observava um fenómeno de vandalismo que fazia com que todos os dias sinais, contentores, aspersores e outros tivessem de sofrer intervenção dos operacionais. -----

---Em relação ao projeto "Campo Seguro" referiu que a taxa de adesão foi baixíssima, as campanhas de comunicação tinham de ser aumentadas. -----

--- Relativamente às questões do presidente Jorge Pisca disse que, no relacionamento de boa-fé que gostava de ter com todos, o mesmo tinha esquecido de mencionar que tinham uma reunião marcada para o dia 2 de julho, onde tinha tido o cuidado de o informar que, todos os assuntos que tinham pendentes com a freguesia de Pontével seriam visto, em conjunto. Sobre a questão do trânsito de pesados salientou que o assunto estava a ser tratado pela Eng.ª Ana Coelho, que trabalha dia e noite para assegurar a segurança de todos relativamente à pandemia mas, que ela lhe tinha assegurado que iria tratar do assunto para que viesse a deliberação na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

--- Sobre o investimento partilhou que a empresa BB&G tinha-se associado a uma empresa de Leiria para



JG.
A

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumentar o investimento e o valleypark não tinha espaço suficiente, pelo que era uma das 3 empresas interessadas no casal branco e, tinham a expectativa real, com os dados atuais, de no mês de julho poderem estar a lançar o concurso de hasta pública para a venda total do que estava disponível do casal branco. Acrescentou que além da empresa mencionada, a segunda interessada era uma empresa do concelho e, a terceira com capital da Guiné-Bissau. -----

--- Transmitiu sobre o fibrocimento que, a informação veiculada a público não estava correta, o jardim de infância de Vila Chã de Ourique não tinha qualquer elemento de amianto. O fibrocimento estava presente na escola n.º 2 do Cartaxo, numa pequena parte da escola secundária, na escola dos Casais Penedos e na zona de refeitório da EB 2,3 de Pontével. Informou que apesar de a escola secundária já ter projeto aprovado financiado tentaram submeter novamente, em substituição do jardim de infância de Vila Chã que não tinha fibrocimento, que se for aceite poderia a verba ser alocada a outras necessidades. -----

--- Sobre o ATL de Pontével salientou que o presidente da junta tinha esquecido de mencionar que, naquela manhã lhe tinha ligado para o pôr a par das diligências, que estavam a tomar para não deixar as famílias de Pontével e de outras freguesias sem aquela valência. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR JORGE PISCA (MIP). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, **senhor Jorge Pisca (MIP)**, que referiu que estava em representação do MIP, que era uma equipa. Disse que não vinha ali dizer a sua agenda e, que realmente o senhor presidente da câmara tinha ligado naquela manhã a marcar uma reunião, para dia 2 de julho. -----

--- Sobre a questão das análises das etar's observou que estava já há algum tempo a servir de bola de ping pong entre a assembleia e a câmara e, esperava que fosse desta que a questão estivesse respondida. ----

--- Demonstrou a sua satisfação pelo casal branco ter um potencial maior que o valleypark, que era extraordinário agora ter 3empresas, grandes multinacionais interessadas. Questionou qual a massa trabalhadora que iria ser necessária para essas empresas pois, na sua opinião o que tinha lógica ali implantar eram micro e pequenas empresas. Salientou que gostava que não fosse outra "avipronto" para andarem enrolados e, relevou que o município já ali tinha investido na abertura dos caminhos, na colocação de manilhas para o saneamento e, esperava que isso fosse equacionado e, não tivesse sido dinheiro deitado fora. Transmitiu que existiam empresas interessadas no casal branco: a Galme, empresa de galvanização; Carlos Rebelo, empresa de decapagem e metalização; Agropecuária da Fonte da Telha, fábrica de rações. -----

--- Sobre a questão do trânsito de pesados disse que pensava que estava a faltar apenas, a reunião com as forças policiais, preparar a documentação para levar a reunião de executivo e assembleia municipal e, que não podiam ficar condicionados pela pandemia. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o senhor Jorge Pisca estava em representação da junta de freguesia de Pontével, como presidente da junta de freguesia, não estava em representação do MIP porque o MIP não tinha concorrido à Assembleia Municipal. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHORA SALETE MARQUES (PS). -----



ig.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Salete Marques (PS), que observou que faltavam cerca de 6 meses para o fecho do período de programação do “Portugal 2020” e dado que uma das suas reprogramações tinha resultado numa verba de 300 milhões de euros, pelo que questionou de que projetos a autarquia do Cartaxo tinha prescindido, qual o financiamento que caberia ao município do Cartaxo, no âmbito da reprogramação e, quais os projetos que seriam beneficiados por essa verba. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que sobre a questão do casal branco disse que, a câmara desde que era presidente, trabalhava arduamente para encontrar investidores, não estava preocupado se eram grandes ou pequenos, estrangeiros ou locais, preocupava-se que as empresas se instalassem no concelho, que criassem riqueza e postos de trabalho, que ali deixassem os seus impostos e contribuíssem para o desenvolvimento da terra. Referiu que não tinha percebido muito bem o que tinha dito o senhor Jorge Pisca sobre as multinacionais e microempresas e que, no casal branco a câmara falava com todos, aberta a todos, dentro dos princípios legais. -----

--- Relativamente às questões da senhora Salete Marques respondeu que, naquela reprogramação não tinham prescindido de nenhum valor, pelo contrário a câmara tinha acedido a mais 348 mil e 210 euros, o montante que nos critérios de distribuição dentro da Cimlt coube ao município do Cartaxo. Informou que tinham definido três prioridades: a primeira e segunda prioridades intervenção nas escolas e a terceira um programa de coesão social “cultura para todos” que, lamentavelmente, dentro da comunidade intermunicipal tinham sido o único município a aderir ao programa, sendo assim esse aviso não foi publicado e a verba foi redistribuída pelos dois equipamentos educativos, que consideraram como prioritários: a EB 2,3 de Pontével, 210 mil euros e EB 2,3 do Cartaxo, 110 mil euros. Transmitiu que a prioridade foi para os equipamentos educativos, uma aposta no futuro, para criar condições para professores e alunos porque a educação é, foi e será sempre o grande motor de desenvolvimento. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de *Antes da Ordem do Dia* e declarou o seguimento dos trabalhos com o período da *Ordem do Dia*. -----

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da *Ordem do Dia* e declarou aberto o período destinado à apreciação do ponto, momento após o qual, deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU), que sobre a página 21 do relatório, que remetia para o tempo de não trabalho, não estava indicado a unidade a que se referia o mesmo. Observou que não tinham referência aos acidentes de trabalho no período em análise mas, tinham referência dos acidentes ocorridos em anos anteriores. Salientou os trabalhos não realizados pelos bombeiros municipais, devido à falta de ambulâncias e pessoal, pelo que questionou quais as perspetivas de resolver aqueles problemas. Referindo-se à página 89 perguntou como se tinha procedido nos dias em que não existiu limpeza de fossas,



IG.
A

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por avaria do trator-cisterna. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PPD/PSD.NC)**, que apresentou os cumprimentos aos presentes. Alertou para o facto de no relatório virem referidos um conjunto de atividades e eventos que, não reportavam ao período referido no relatório. -----

--- Saudou o facto da página oficial da câmara no *facebook* estar a funcionar e ser um mecanismo útil de divulgação da atividade do município, divulgação de informações uteis e necessárias por parte do município, deixando assim de ter a página do senhor presidente da câmara municipal, como a página oficial do município. Perguntou se existia *feedback* da interação dos munícipes na página e, se o executivo estava a equacionar transformar a página num outro canal de atendimento ao público. -----

--- Por último questionou sobre o quadro do descanso compensatório se os valores apresentados eram em euros e, quem fazia parte do gabinete de apoio aos órgãos autárquicos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, que começou por questionar sobre a gestão das piscinas municipais, se as piscinas descobertas iriam abrir no presente ano, se já existia um plano de contingência para o espaço e, sobre as obras realizadas, recentemente, no espaço qual a índole das mesmas e a justificação da sua necessidade. Demonstrou a sua tristeza pelo estado em que se encontrou o espaço de jardim em frente ao museu, um problema estrutural do município, a manutenção dos espaços verdes, justificado em larga medida pelas dificuldades financeiras mas, que no seu entender e do PSD não justificava todos as situações que iam vendo e que continuam por resolver. Perguntou ao executivo ao nível das operações de desmatção e limpeza e de integração paisagística, se já tinham ponderando um concurso público, para contratar empresas que realizassem o serviço em zonas, em que o município tinha tanta dificuldade em manter e, enquadrá-las na capacidade financeira do mesmo. -----

--- Ainda na gestão dos recursos do próprio município questionou se existia noção do rendimento do trabalho feito pelo trabalhadores e, se existia um esforço de otimização das equipas na manutenção dos espaços porque, não conseguia compreender como em determinados momentos do ano viviam aquelas situações e, quando se aproximavam de algumas efemérides, de quatro em quatro anos, as coisas acabam por melhorar pontualmente, situação que considerou constrangedora e, que poderia mudar se todos se esforçassem. -----

--- Quanto à lógica da gestão das empreitadas solicitou esclarecimento, relativamente, à empreitada de requalificação da escola secundária do Cartaxo, sobre os desenvolvimentos do processo de concurso. Questionou ainda, sobre o viaduto de Santana e, a possibilidade da sua construção, já que tinham uma proposta da parte da Direção-Geral do Património que, pessoalmente, lhe agradava pois, dava um pontapé de saída a uma situação que, há muito deveria estar resolvida, de modo a evitar algumas situações como a do acidente ocorrido. Sugeriu que no processo de concurso público, que se previa pudesse vir a acontecer, fosse considerada a possibilidade de o concurso não ser fechado de acordo com um projeto mas, que possa existir a possibilidade das empresas concorrentes desenvolverem propostas variantes. ---

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal** que transmitiu sobre a questão dos bombeiros, que os dados que vinha no relatório não significavam que tivesse sido por falta de pessoal. Disse que já tinha tentado esclarecer noutras sessões,



IG.
d

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre que aquela questão surgia, que muitas vezes os bombeiros estavam em serviço noutros concelhos porque, a proteção civil era gerida em rede mas, isso não significava nem falta de pessoal, nem falta de ambulâncias. No entanto isso traduzia que, tinham de continuar a lutar junto do governo, por justiça naquela área pois, os bombeiros municipais não tinham da parte do orçamento de Estado, da parte ANPC o mesmo nível de apoio que tinham as chamadas associações de bombeiros voluntários e associações humanitárias. Sublinhou que o regime era de tal forma injusto, que muitos bombeiros saiam da câmara, para bombeiros voluntários porque ganhavam mais.-----

--- Agradeceu os contributos do senhor Gonçalo Gaspar para melhorar a apresentação do relatório. Relativamente à página do *facebook*, referiu também a página do *instagram* onde a forma de comunicação era diferente. Disse que tinham um feedback bastante interessante das páginas, não muitas das vezes o que era visível mas, o que lhes chegava com questões por mensagem privada, para além do que já utilizavam da app, do site da câmara e dos mails, que os municípios utilizam para pedir esclarecimentos, dar contributos, criticas. Referiu que ao nível do atendimento público, a esmagadora maioria, devido à pandemia, era feita por via eletrónica, não tanto pelo *facebook* mas, o circuito que estavam a utilizar mais era o que tinham divulgado através das plataformas de comunicação e, também através das plataformas que tinham canal vídeo reservado, onde fazia atendimento aos privados, como empresários e instituições.

--- Salientou a iniciativa que lhe tinha chegado pelo senhor João Oliveira, da JSD, que se tinha organizado em redes para o voluntariado, que felizmente não tinha sido necessário no Cartaxo mas, quis deixar o seu reconhecimento e o contributo. -----

--- Relativamente aos espaços verdes disse que tinham estimativas orçamentais para os 21 hectares de espaços verdes, que o Cartaxo tinha e que necessitava de manutenção periódica. Referiu que para aqueles 21 hectares tinham, normalmente, entre 7 a 9 funcionários, variava consoante o número de baixas, quando qualquer estudo indicava que necessitavam de 27 a 29 jardineiros para aquela área. Disse que a hipótese do concurso estava em cima da mesa mas, isso obrigava a ter recursos financeiros e, à medida que o serviço da dívida fosse diminuindo iriam canalizar os recursos disponíveis. -----

--- Reiterou sobre a gestão da empreitada da escola secundária, que naquele mesmo dia tinha sido submetida na plataforma da CCDR e na plataforma da DGESTE a candidatura. Transmitiu que faltava ainda o aval para o suplemento de verba, inicialmente, tinham cerca de 1 milhão e 100 mil euros e, tiveram depois um acréscimo de 400 mil euros, essa adenda tinha de ser ainda validada pelo novo Ministro das finanças. Esclareceu que não podia dizer se poderia existir atraso processual devido à pandemia porque, havia algumas intervenções que já deviam estar concluídas e, ainda não estavam em obra. -----

--- Relativamente ao viaduto de Santana e também, a ponte D. Amélia e ponte do Vale de Santarém estavam ainda, a aguardar reunião com o Ministro Pedro Nuno Santos. Informou que não tinham saído satisfeitos com os *timings* previstos para cada uma daquelas intervenções, estavam satisfeitos com o projeto e informou que a câmara no projeto do viaduto em vez de comparticipação monetária, iria assumir a obra da rotunda junto ao acesso do parque de estacionamento da estação. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estavam com cerca de três horas de reunião e, que o recomendado eram 4 horas. Apelou que, sem deixar nada por esclarecer, nem deixar nada por dizer ou perguntar, fossem o mais sintéticos possível. De seguida deu a palavra **ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que esclareceu que o tempo de não trabalho a unidade era em dias.



Fig.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente aos acidentes de trabalho disse que estavam referidos na página 22 mas, não por áreas como estava na página 24. Informou que o registo do descanso compensatório era em minutos porque era retirado do software do relógio biométrico. Sobre a questão do custo associado ao gabinete de apoio aos órgãos autárquicos era o trabalho da funcionária que dava suporte à Assembleia Municipal. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Vereador Pedro Nobre** que disse sobre a avaria no trator-cisterna que, não teve qualquer influência na prestação do serviço e, que não existiram atrasos registados. Relativamente às piscinas municipais informou que estava pensada a data de abertura das piscinas descobertas, para 15 de julho e, estavam a ultimar o plano de contingência, que era preparado para aquele espaço específico; tinham tido já a visita da ARS em conjunto com o serviço de proteção civil e serviço de desporto para apreciar o que tinha de ser alterado, para assegurar uma abertura em segurança do equipamento pois, face à pandemia e diminuição de rendimentos das famílias poderia vir a ser um espaço muito procurado e, as condições de segurança e higienização tinham de estar asseguradas. Sobre as obras que estavam a ser efetuadas esclareceu que, estavam a ser feitas obras de arranjos dos canteiros exteriores e, a principal obra era a substituição do fundo da piscina grande por epóxi, que rondava os 18 mil euros e, que não podia ser evitada. -----

--- Relativamente à questão da Quinta das Pratas e dos espaços verdes, o problema são os meios instalados e a capacidade que não tinham; observou que em 2002 tinham 14 funcionários no quadro, mais 13 trabalhadores eventuais em permanência, no momento tinham 9 funcionários nos espaços verdes, em que 2 estavam com situações de saúde complicadas. Reconheceu que em determinados períodos, como no ano anterior, estavam a conseguir fazer uma recuperação com uma regularidade maior, numa série de espaços verdes da cidade no entanto, dado ao volume de outros trabalhos, como a higienização do espaço público, que surgiram também com a situação da pandemia, era humanamente impossível a manutenção dos espaços verdes. Acrescentou que também, ele próprio, não tinha gostado de ver a Quinta das Pratas como estava mas, era um equipamento que estava fechado ao público e tinha de se dar prioridade a uma série de situações, com os recursos disponíveis. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE)**, que solicitou esclarecimento sobre o decréscimo de trabalhadores do ano 2018, para o ano de 2019 em 12 trabalhadores, se os mesmos iriam ser substituídos, se não faziam falta, se estavam em setores que eram dispensáveis. Mencionou a página 17, entradas de pessoal 2019, onde constava um gráfico onde eram referidas as diversas entradas e os motivos, 50 por cento dessas entradas estavam referidas como outras situações, pelo que solicitou esclarecimento ao que se referia. -----

--- Solicitou ao organizador do relatório de gestão que corrigisse a informação sobre a constituição da Assembleia Municipal, por partidos pois, o MIP não tinha eleitos naquele órgão, não tinha sequer concorrido. Afirmou que o senhor presidente da junta de freguesia estava ali enquanto presidente do órgão e, não como eleito pelo MIP. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal observou que a intervenção do senhor Francisco Colaço tinha sido sobre o relatório de gestão e, não sobre o ponto em apreciação, o relatório da atividade municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Nuno Serra (PPD/PSD.NC)**, que cumprimentou os presentes. Reiterou a importância e urgência de resolver a situação dos espaços verdes, da limpeza da cidade. Considerou que era um assunto muito



DG.

J

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante e, apesar de já ter sido ali debatido iria intervir sobre o mesmo assunto. Referiu que em 2016 Perguntou quem estava a gerir atualmente os jardins e espaços verdes pois, em 2015 o senhor presidente de câmara tinha referido que era uma técnica de informática. Relevou que em julho de 2016 tinham sido investidos cerca de 10 mil euros no jardim da Quinta das Correias, parque infantil e no bosque bicentenário, que tinha resultado no que todos sabiam; em 2017 no programa eleitoral diziam reforçar a manutenção dos jardins e áreas verdes de todo o concelho; em novembro de 2019 a câmara delegou competências nas juntas de freguesia, para melhorar as zonas de manutenção; chagados a junho de 2020 constata-se que a cidade não estava melhor, ao longo de todos aqueles anos, salvo algumas exceções, como a zona central da câmara, tudo continuava como estava em 2015 ou antes. Referiu que a resposta era sempre a mesma que não havia dinheiro mas, havia dinheiro para gastar 74 mil euros no arranjo urbanístico da Quinta das Correias e, a seguir quem iria fazer a manutenção. -----

--- Concretizando no relatório questionou se as 3 intervenções em 11 rotundas era: tinham intervindo em apenas 3 das 11 rotundas ou, em cada rotunda intervieram 3 vezes. Alertou para que os espaços verdes da cidade não se limitavam às rotundas, os passeios também precisavam da erva cortada-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP)**, que alertou para o facto de mesmo com o serviço da limpeza de fossas ser de extrema importância assegurar o saneamento básico nos Casais Lagartos, Casais Penedos e Casais da Amendoeira porque continuavam a existir despejos de fossas ilegais, que eram crimes ambientais. -----

--- Questionou se tinham existido naqueles cinco meses a que se reporta o relatório trabalhos do PDM pois, não tinha encontrado referência aos mesmos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC)**, que apresentou os seus cumprimentos aos presentes. De seguida questionou sobre o regulamento do centro cultural, que tinha sido aprovado na última sessão, se tinha existido alguma indicação dos serviços jurídicos sobre a questão levantada. Relativamente ao projeto de arquitetura, que tinha sido prometido pelos serviços da câmara à união de freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, solicitou um ponto de situação, já que se esperava que tivesse sido entregue em abril; perguntou sobre a possibilidade de reabertura das piscinas cobertas, sobre o parque de estacionamento se existia já decisão sobre a administração direta ou novo concurso para concessão, relativamente aos balneários nas instalações do parque de máquinas da câmara municipal perguntou se já estavam efetuados ou não; solicitou o ponto de situação do manual de boas práticas urbanísticas. Observou que tinha sido celebrado a 5 de maio, um contrato no valor de 139 mil euros, referente a pavimentação de ruas no Cartaxo e Vila Chã de Ourique e questionou quais eram as ruas e, se aquele era um dos contratos mencionados pelo senhor presidente, que deveria já estar concluído. Questionou ainda se, as juntas de freguesia eram auscultadas sobre aquelas intervenções. -----

--- Acrescentou sobre um contrato assinado a 17 de junho, aquisição de serviços de elaboração do projeto de especialidades técnicas da escola secundária do Cartaxo, solicitou o seu enquadramento com o lançamento do concurso. Sobre um contrato assinado em março, de arranjos paisagísticos para o cemitério do Cartaxo, no valor de 5 mil 650 euros, para ser executado em 180 dias, quis perceber que projeto era aquele. Referiu a praça do Progresso, rua José António Poeira, largo do Vidal, rua José Tagarro, rua do Algar, concurso que deveria ter sido lançado em 2019, eram intervenções urgentes e questionou se



FG.
[Handwritten signature]

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam enquadrados no contrato assinado em maio de 2020. Mencionou que há 4 ou 5 sessões atrás quando se falou da requalificação da rua de S. Sebastião, tinha-se falado na criação de um parque de estacionamento adicional e, que tinham iniciado negociações com o senhor Sá, proprietário do terreno no entanto, a placa que estava agora no terreno era da CGD, pelo que questionou que diligências tinham sido feitas. -----

--- Observou que o número de ecoponto e a sua localização deveria ser repensada e questionou se a câmara tinha essa perspetiva pois, existia um desfasamento em relação à localização dos ecopontos e densidade populacional. Solicitou ponto de situação do protocolo com a Free To Be porque não se verificava qualquer atividade no parque de Santa Eulália. Por fim solicitou esclarecimento sobre o contrato celebrado para a Cartaxo Youth Summit, com a Big appetite for music, para organização e produção do evento, no valor de 10 mil 540 euros, que considerou um valor um pouco exagerado para dois dias, para fazer uma feira, que depois foram os serviços da câmara que utilizaram, as crianças das escolas também participaram e, com intervenção da própria associação de estudantes. -----

PROPOSTA DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal com a aproximação das 4 horas de sessão e, dado que existiam indicações para que as reuniões não se prolongassem por mais de 4 horas; propôs e submeteu a votação a continuidade da sessão. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a continuidade da sessão. -----

[Os membros da Assembleia Municipal senhores Vera Maximiano (PS), Catarina Pinheiro (PS), Francisco Colaço (BE), Rodrigo Rodrigues (CDU) e Catarina Lagarto (CDU) não participaram na sessão, a partir deste momento, por se terem ausentando, discordando da continuidade da mesma pela sua duração, mais de 4 horas, e nas condições em que esta decorria, num momento de pandemia.] -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal** para resposta às questões formuladas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as questões levantadas pelo senhor Nuno Serra disse que, era bom que os deputados do PSD assumissem junto de quem morava na Quinta das Correias, que o arranjo urbanístico não era prioridade. Acrescentou que tiveram o cuidado no orçamento municipal, orçamento que o PSD chumbou, de colocar um novo carro de recolha de resíduos e uma varredoura mecânica. Salientou que à forma que iam tendo capacidade financeira, não só ao nível dos recursos humanos mas, também ao nível dos equipamentos procuravam reforçar para chegar a mais. Respondeu que as soluções passavam por reforçar recursos humanos, reforçar equipamento e, que o PSD votava contra o ia inteirar-se sobre o ponto de situação do projeto do parque de estacionamento de Vale da Pinta; informou que as obras nos balneários do parque de máquinas ainda, não se tinham iniciado; disse que iria verificar se o contrato de 5 de maio era o que tinha mencionado e, que as juntas eram auscultadas; relativamente aos projeto de especialidades da escola secundária explicou que, no acordo a câmara assumia o projeto referente às especialidades; respondeu que sim, seria a arquiteta Cátia Morgado a elaborar o projeto paisagístico para o cemitério; disse que a rua do Algar era uma das pretensões e, que no Cartaxo tinha sido o resto das vias mencionadas; sobre os lugares de estacionamento na rua S. Sebastião referiu



EG



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que já tinha sido comunicado que tinham desistido pelos valores em causa e, tinham encontrado uma solução junto ao parque dos bombeiros, que permitiria criar 30 lugares com custo mais barato; relativamente ao protocolo Free To Be informou que tinha sido congelado pela situação da pandemia; explicou sobre a adjudicação para a *Cartaxo Youth Summit*, que as técnicas do serviço de educação tinham conhecido a associação, quando visitaram a maior feira sobre educação, que eram eles que estavam a cargo da animação cultural dessa feira e, que não se tinha cingido apenas a toda a montagem de palcos, luzes e som no pavilhão exterior das tasquinhas mas, um conjunto de eventos, que de facto em conjunto com a associação de estudantes da escola secundária mas também, com a EB 2,3 de Pontével, um conjunto de eventos musicais, culturais, que ajudaram a promover o evento. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal**, que apesar de o senhor Francisco Colaço não se encontrar na sala esclareceu que, as “outras” tinha a ver com as mobilidades, ou seja, 10 saídas por mobilidade intercarreiras, de assistente operacionais para assistentes técnicos, de assistentes técnicos para técnicos superiores, o que não traduzia saídas efetivas mas, apenas mudanças na organização. -----

--- Sobre o parque de estacionamento informou que estavam a ser realizadas algumas obras, nomeadamente obras de limpeza e o número de câmaras iria ser duplicado, estavam a colocar um pórtico e, o sistema iria ser por administração direta. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **senhora Vereadora Elvira Tristão** que, relativamente ao regulamento do centro cultural aprovado na última sessão informou que, após a aprovação o mesmo tem de ser publicado em Diário da República para entrar em vigor e, que após a sua entrada em vigor os serviços jurídicos do município irão desencadear o procedimento, para a revogação da alínea apontada pelo senhor Pedro Mesquita Lopes. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **senhor Vereador Pedro Nobre** que, relativamente Respondeu que o orçamento que o PSD chumbou que a diminuição tinha a ver com a alteração legislativa do orçamento de estado de 2019: o IMI passou a ser pago até 31 de maio, pelo que só entra nas contas em junho. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto. -----

➤ **A Assembleia Municipal apreciou o relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal.** -----

2. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - P.º 344/2017 06 DIV. ----

Proposta de Deliberação N.º 18/V-PN/2020 -----

“Considerando que:

Um pedido de regularização e ampliação de uma exploração pecuária, que esteja em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial ou servidões e restrições de utilidade pública, deve, face ao estipulado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e no n.º 1 do Anexo V à Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, em conjugação com a extensão de prazo, âmbito e regime, previstos na Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

A empresa requerente da exploração pecuária “SEZUDO – AGROPECUÁRIA, S.A.”, implantada nos prédios sítos no Sezudo, em Vale da Pinta, na freguesia da União das Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta (UFCVP) e descritos



Zg.

4

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Cartaxo sob os n.ºs 637/19941129 (art.º urbano 1167 da UFCVP), 410/19910314 (art.º rústico 45, secção 1N, da UFCVP) e 333/19891128 (art.º rústico 47, secção 1N, da UFCVP) dos quais é proprietária, e 1940/20191118 (art.º urbano 5333 da UFCVP), do qual é cessionária, todos da freguesia de Vale da Pinta (extinta), veio através de requerimento a que coube o registo n.º 7018, datado de 31 de julho de 2017, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação da exploração pecuária em causa, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;

A regularização e ampliação da mencionada exploração pecuária, contendrá com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo (PDMC) e com a Reserva Agrícola Nacional (RAN), situação que se enquadra na disposição legal atrás referida;

Os teores das Informações N.ºs 10129 e 6897, da Divisão de Planeamento e Administração Urbanística (DPAU), datadas de 20/11/2019 e 13/05/2020, respetivamente, e 10811 da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo (DDES-DEE), datada de 06/12/2019.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, em conjugação com a extensão de prazo, âmbito e regime, previstos na Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, submeter à Assembleia Municipal, o pedido de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, face à importância da exploração pecuária da empresa “SEZUDO – AGROPECUÁRIA, S.A.” e à necessidade de regularização e ampliação das suas instalações.

A Assembleia Municipal delibera, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, em conjugação com a extensão de prazo, âmbito e regime, previstos na Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação das instalações da empresa “SEZUDO – AGROPECUÁRIA, S.A.” e à necessidade de regularização e ampliação das suas instalações.

O Vereador com competências delegadas,

(despacho n.º 11/2017/PC-PMR, de 17-10)

Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a introdução do ponto que seguia na *Ordem do Dia* e, declarou aberta a discussão, após o que deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor **Mário Reis (CDU)**, que solicitou que lhe confirmasse que, as fossas da pecuária do sezudo, estavam a 10 metros da linha de água. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Pedro Nobre, que começou por referir que os 10 metros era o que estava definido pela APA, para afastamento às linhas de água para qualquer edificação. Acrescentou ainda que a proposta do requerente iria ser analisada por todas as entidades competentes. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor **Délio Pereira (PS)**, que referiu que existia um caminho público, que passava ao lado daquela pecuária e que tem estado vedado à população, que tinha o nome do caminho dos Sousas, que era contíguo à pecuária; informou que a junta de freguesia estava a fazer esforços para colocar material no caminho porque, quando as fossas enchiam derramavam para o caminho, tornando-o intransitável. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor **Hugo Vieira (PS)**, que disse que para além da sua intermitência em relação àquela lei, aquela proposta tinha também a questão das lagoas se encontrarem a menos de 10 metros da linha de água e, ainda mais com a informação deixada pelo presidente da união de freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta,



IG.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o seu sentido de voto teria de ser contra pois, não considerava que existia interesse municipal na poluição ambiental. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhora Salete Marques (PS)**, referiu que face ao que ali tinha sido exposto, lhe parecia que aquela exploração não tinha sequer condições para ser legalizada, estava claramente a laborar de forma irregular e, não tinha condições para ser regularizada face aos crimes ambientais, que estavam a ser cometidos. Recordou que o pedido era de legalização da exploração e de ampliação para o dobro da sua dimensão. -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou que não estavam ali a deliberar a legalização daquela exploração e de seguida concedeu a palavra **ao senhor Vereador Pedro Nobre**. -----

O senhor Vereador Pedro Nobre no uso da palavra, lembrou que no âmbito das regularizações de atividade económica tem sido apanágio do atual executivo e do anterior permitir que, as empresas façam o seu caminho junto das entidades competentes para a sua regularização ou de atividade, ou de eventuais projetos de ampliação. No caso concreto a entidade tinha uma licença de exploração, não estava a funcionar ilegal, tinha a parte das edificações que estavam ilegais e, em última instância teriam de ser demolidas mas, a entidade tinha uma licença de exploração e, devidamente, sancionada pelas entidades que tutelam a atividade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal**, reforçou que aquele princípio aplicava-se a todas as empresas, talvez aquela seja a última oportunidade, ou a única oportunidade para aquelas empresas fazerem um esforço para se legalizarem e funcionarem de acordo com as normas legais em vigor e cumprir com os critérios ambientais. Salientou que aquele procedimento iria obrigar a APA e CCDR a pronunciarem-se, eram essas entidades que teriam a decisão final porque, senão também tinham de ser consequentes e colocar uma moção para defender a demolição daquelas empresas pois, não podiam fingir que elas não existiam. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação. -----

➤ **A Assembleia Municipal por maioria, aprovar a proposta apresentada**, com nove (9) votos a favor, sendo três (3) do PS, cinco (5) PPD/PSD.NC e um (1) do MIP, cinco (5) votos contra, sendo quatro (4) do PS (senhores Hugo Vieira, Salete Marques, Vasco Casimiro e José Belo) e um (1) da CDU e sete (7) abstenções do PS (senhores Augusto Parreira, Marco Rodrigues, Filipa Maltieiro, Manuel Salgueiro, Artur Caetano, Célia Morgado).-----

[O membro da Assembleia Municipal senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC) não participou na votação do ponto, por se encontrar ausente da sala.] -----

3. 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2020, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (LGTFP), APROVADA PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO, NA REDAÇÃO VIGENTE, E ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. -----

Proposta de Deliberação N.º 25/VP-FA/2020 -----

“Considerando que:

A elaboração do mapa de pessoal para 2020 decorreu nos meses de outubro e novembro de 2019, tendo sido aprovado na sessão da assembleia municipal de 04 de dezembro de 2019. Neste documento provisional, foram



29.
d

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerados os postos de trabalho que se previam ser necessários e possíveis, dentro do quadro financeiro em que o Município do Cartaxo se encontra, para fazer face às atividades que se consideraram ser prementes desenvolver no presente ano. Verificou-se, entretanto, a necessidade de proceder a alguns ajustamentos, com a criação de novos postos de trabalho, os quais foram aprovados nas sessões de assembleia municipal dos meses de fevereiro e de abril.

Constata-se, agora, a necessidade de uma nova alteração ao mapa de pessoal de 2020, motivada:

- pelo disposto no Decreto-lei n.º 44/2019, de 1 de abril, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da proteção civil, ao abrigo das alíneas a) e d) do artigo 14.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, determinando o disposto no artigo n.º 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação vigente, a existência, em cada município, de um coordenador municipal de proteção civil, que depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal, a quem compete a sua designação em comissão de serviço pelo período de três anos;

- pela necessidade da área de informática, área esta que se impõe como estratégica e crucial para o regular funcionamento dos serviços, continuar a garantir o apoio técnico, a resolução de problemas, o acompanhamento de processos de implementação, entre outros, assim como uma disponibilidade quase sempre imediata, para fazer face à dimensão do parque informático, dimensão esta agora aumentada com a aquisição de computadores e internet, para assegurar o acompanhamento do ensino à distância, por parte dos alunos que não dispõem de recursos para tal, sendo assim necessário o reforço dos recursos humanos afetos a esta área de atividades;

- pela necessidade de continuar a garantir a coordenação dos serviços administrativos do agrupamento de escolas Marcelino Mesquita, considerando a complexidade decorrente do número de estabelecimentos de ensino afetos e também pela natureza dos alunos e cursos que são lecionados, uma vez que a coordenadora técnica daquele agrupamento de escolas ficou desligada do serviço por motivo de aposentação. Para além de uma necessidade funcional, a criação do posto de trabalho de coordenador técnico constitui-se como uma obrigação legal, considerando as funções de chefia técnica e administrativa dos serviços administrativos que, de acordo com o n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22-04, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2-07, "são unidades orgânicas flexíveis com o nível de secção chefiadas por trabalhador detentor da categoria de coordenador técnico da carreira geral de assistente técnico".

O quadro infra, ANEXO I, resume as necessidades de alteração dos postos de trabalho, no mapa de pessoal de 2020:

Pg.
A

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO I

3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 (Lei n.º 35/2014, de 20-06 e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro)						Relação Jurídica		
Atribuições/Competências/ Actividades (de acordo com o regulamento dos serviços municipais)	Cargo/Carreira	Categoria	Nível	Área de formação académica e/ou profissional	Alteração	Contrato por tempo indeterminado/Comissão de serviço		
						P	AP	T
0102 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL								
Serviço Municipal de Proteção Civil								
Conforme artigo 15.º-A da Lei n.º 65/2007, 12-11, na redação vigente	Coordenador municipal de proteção civil	-	-	licenciatura e experiência funcional adequada	+ 1		1	1
02 - DIVISÃO DE APOIO GERAL E RECURSOS HUMANOS								
ÁREA DE INFORMÁTICA								
Informática (Conforme n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 3.º da portaria n.º 357/2002, de 3-4)	Técnico de informática b);c)	Técnico de informática do grau 3	2	Alinea a) do n.º 2, art.º 9.º, DL 97/2001, 26-03	+ 1			1
		Técnico de informática do grau 2	1					
		Técnico de informática do grau 1, nível 1	3					
			2					
			1					
	Estagiário	-					1	
06 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL								
ÁREA DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE								
Chefeia Técnica e Administrativa (Conforme Anexo I)	Assistente técnico	Coordenador Técnico	-		+ 1		2	2

b) carreira/categoria que ainda não foi objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência;

c) dotação global;

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação vigente, os mapas de pessoal, a que se refere a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), são aprovados, mantidos ou alterados, pela Assembleia Municipal;

Para o efeito, esta proposta de deliberação é acompanhada de documento de cabimento de verbas, necessárias ao provimento dos novos postos de trabalho considerados no mapa de pessoal, nas rubricas em que é necessário serem consideradas;

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12-09, na redação vigente, submeter a presente alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2020, que consta do quadro inserto nesta proposta de deliberação, ao órgão deliberativo do Município, para efeitos da sua aprovação, nos termos da legislação acima referida.

A Assembleia Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprovar a alteração ao mapa de pessoal do ano de 2020, com a alteração aos postos de trabalho constantes no ANEXO I.

O Presidente da Câmara Municipal,

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro”

- **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada**, com dezasseis (16) votos a favor, sendo catorze (14) do PS, um (1) da CDU, e um (1) do MIP e cinco (5) abstenções do PPD/PSD.NC. -----

[O membro da Assembleia Municipal senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC) não participou na votação do ponto, por se encontrar ausente da sala.] -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA REPROGRAMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS REFERENTE AO CONTRATO DE “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS ATRAVÉS DE CARTÃO ELECTRÓNICO DE ABASTECIMENTO, DESIGNADAMENTE GASOLINA E GASÓLEO”. -----

Proposta de Deliberação N.º 50/PC-PMR/2020 -----

“Considerando que:

A Assembleia Municipal, em sessão de 04 de dezembro de 2019, aprovou a autorização prévia para a reprogramação dos compromissos plurianuais, proveniente do contrato acima referido, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

O encargo total resultante do contrato, com exclusão do IVA, é de 402.649,59€, dos quais 8.569,11€ para gasolina e 394.080,48€, para gasóleo e com uma previsão de realização financeira de, após a reprogramação de:

- a. 3.827,22€, em 2019; 2.123,19€, em 2020 e 2.618,70€, no ano de 2021, para gasolina;*
- b. 142.306,50€, em 2019; 131.360,16€, em 2020 e 120.413,82€, no ano de 2021, para gasóleo.*

Aos valores indicados, acresce IVA.

A despesa referente ao contrato encontra-se cabimentada e tem sido satisfeita por conta da verba inscrita nos instrumentos de gestão financeira do Município, sob as rubricas com as classificações orgânicas 02010201 e 02010202.

À presente data verifica-se um aumento considerável no consumo de gasolina, pelo facto de o município ter passado a assumir todos os serviços de manutenção dos jardins, donde ter havido a necessidade de se adquirirem mais equipamentos para a área, assim como também, a área de limpeza urbana e os bombeiros municipais, passaram a utilizar mais equipamentos com consumo de gasolina.

O saldo, à presente data, do valor registado em compromisso para o ano de 2020, relativamente à gasolina, mostra-se assim insuficiente para o lançamento e pagamento da faturação, a apresentar até ao final do ano, tornando-se assim necessário antecipar verbas de 2021, para o corrente ano, que façam face aos gastos de gasolina desde o passado mês de maio, mais concretamente desde 01/05/2020.

Foi estimado e determinado, face aos valores médios mensais facturados em 2020, que se torna necessário antecipar a totalidade do valor do ano de 2021, que se cifra em 2.618,70€ + IVA.

Assim, a reprogramação será nos seguintes termos: 3.827,22€, em 2019; 4.741,89€, em 2020 e 0,00€, no ano de 2021, para gasolina. Aos valores indicados, acresce IVA.

Quanto ao gasóleo, os valores já aprovados mantêm-se inalterados.

A competência para a autorização da assunção dos compromissos plurianuais e, no caso em concreto, a sua reprogramação, cabe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Nos termos da al. c) do n.º 2 do 156.º do Código do Procedimento Administrativo, pode a Assembleia Municipal atribuir eficácia retroativa ao ato.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal a autorização prévia da reprogramação dos compromissos plurianuais do contrato de “Aquisição de combustíveis rodoviários através de cartão electrónico de abastecimento, designadamente gasolina e gasóleo”, com efeitos retroativos a 01/05/2020, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro conjugado com a alínea c) do n.º 2 do art.º 156.º do Código do Procedimento Administrativo, nos seguintes termos: 3.827,22€, em 2019; 4.741,89€, em 2020 e 0,00€, em 2021, para gasolina, acrescidos de IVA.

A Assembleia Municipal delibera, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do art.º 156 do Código do Procedimento Administrativo, emitir a autorização prévia da reprogramação dos compromissos plurianuais do contrato de “Aquisição de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

IG.
A

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

combustíveis rodoviários através de cartão eletrónico de abastecimento, designadamente gasolina e gasóleo”, com efeitos retroativos a 01/05/2020, nos seguintes termos: 3.827,22€, em 2019; 4.741,89€, em 2020 e 0,00€, em 2021, para gasolina, acrescido de IVA.

*O Presidente da Câmara Municipal,
Pedro Miguel Magalhães Ribeiro”*

O senhor Presidente da Assembleia Municipal não tendo registado mais interessados em intervir, submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada**, com dezasseis (16) votos a favor, sendo catorze (14) do PS, um (1) da CDU, e um (1) do MIP e seis (6) abstenções do PPD/PSD.NC.-----

5. ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. -----

Proposta de Deliberação N.º 28/VP-FA/2020 -----

“Considerando que:

“Considerando que:

A Assembleia Municipal do Cartaxo, deliberou, em sessão extraordinária de 19 de dezembro de 2012, aprovar, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião de 18 de dezembro de 2012, que “a organização dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada” e que “o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do Município é fixado em 7”.

A última alteração orgânica entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014.

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, diploma legal que aprova o Orçamento do Estado para 2017, introduziu, através do seu artigo 255º, alterações à Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que adapta o Estatuto do Pessoal Dirigente à Administração Local. Entre as alterações introduzidas ao regime previsto na Lei n.º 49/2012, destacamos, desde logo, a revogação dos seus artigos 8º, 9º e 25º, que estabeleciam regras, limitações e critérios a observar na previsão, e respetivo provimento, de cargos de direção intermédia de 2º e 3º grau, limitando o número máximo dos mesmos em função da população e número de dormidas turísticas no Município.

Assim, na presente data, a previsão e provimento de cargos de chefia intermédia de 2º e 3º grau, não se encontra limitada, legalmente, e por esta via, quanto ao respetivo número, sem prejuízo do cumprimento das regras de equilíbrio financeiro aplicáveis às autarquias locais. Perante esta alteração legislativa, e levando em especial linha de atenção as necessidades associadas ao correto funcionamento dos serviços Municipais.

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal:

- a) aprovar o modelo de estrutura orgânica;*
- b) Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares;*
- c) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;*
- d) Definir o número máximo total de subunidades orgânicas;*
- e) Definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa;*
- f) Definir o número máximo de equipas de projeto.*

Pelo que, qualquer acréscimo de unidades orgânicas flexíveis carece de deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Que de entre os tipos de organização, previstos no artigo 9.º do citado Decreto-Lei n.º 305/2009, o modelo de estrutura hierarquizada, previsto na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo, é o que melhor se adequa à realidade atual dos serviços municipais, porquanto permite conjugar a necessária estruturação fixa das funções municipais que



19.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

visam, de forma direta, a prossecução das atribuições do Município e das funções que lhes servem de suporte estável e permanente.

A análise do resultado das atividades desenvolvidas pelo município com o objetivo de garantir celeridade e melhores resultados.

A necessidade de melhorar políticas e mecanismos no município, que garantam auditoria, acessibilidade e entendimento dos processos e comunicação.

A definição de responsabilidades por processo de forma a promover a especialização das funções e das diversas unidades orgânicas.

Assim sendo e considerando, ainda, que, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal:

- a) Aprovar o modelo de estrutura orgânica;
- b) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;

Que a criação de unidades orgânicas flexíveis visa assegurar a adequação permanente dos serviços da administração municipal às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo como objetivos a melhoria do serviço prestado aos cidadãos e uma maior eficiência na governação autárquica.

A estrutura orgânica pode prever, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, a existência de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior.

Cabe à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior (cfr. n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação).

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, submeter à Assembleia Municipal, para que esta aprove:

1. O modelo de estrutura orgânica e a definição do número máximo de unidades flexíveis, dos serviços municipais da Câmara Municipal do Cartaxo, nos seguintes termos:

a. Modelo de estrutura orgânica hierarquizada, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 outubro, na atual redação;

b. 23 (vinte e três) unidades orgânicas flexíveis, sendo:

i. 9 (nove) direção intermédia de 2.º grau;

ii. 14 (catorze) direção intermédia de 3.º grau.

2. Relativamente aos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau:

a. Atribuir as seguintes competências:

Dirigir as atividades da respetiva unidade técnica, sob a orientação do chefe de divisão, definindo os objetivos de atuação, de acordo com as orientações definidas e, especificamente:

I. Coordenar as atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços da unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação dos interesses dos destinatários;

II. Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;

III. Gerir os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à unidade orgânica;

IV. Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho e identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores, propondo a frequência de ações consideradas adequadas ao suprimento das necessidades identificadas;



DG.

A

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- V. Proceder à avaliação do mérito dos trabalhadores da unidade, em função dos resultados individuais e de grupo;
- VI. Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da unidade orgânica;
- VII. Submeter a despacho do presidente da câmara ou a deliberação da câmara municipal, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
- VIII. Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
- IX. Estudar e elaborar pareceres e informações sobre matérias da competência da unidade orgânica e propor as soluções adequadas;
- X. Promover a execução das decisões do presidente ou vereadores, no âmbito de competência delegada ou subdelegada, e as deliberações da câmara municipal nas matérias que interessam à unidade orgânica;
- XI. Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas;
- XII. Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;
- XIII. Exercer as funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que forem cometidas por lei, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior, relativos à unidade orgânica que chefia.
- b. Definir que os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau sejam recrutados por procedimento concursal, nos termos da lei, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam cumulativamente:
- Formação académica correspondente à licenciatura ou superior;
 - 2 anos de experiência profissional, na carreira técnica superior, para cujo provimento seja exigível a habilitação académica referida no subponto i);
 - Formação profissional adequada ao exercício das funções a desempenhar;
- c. A remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau corresponda à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.
- A Assembleia Municipal delibera, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, aprovar:
- O modelo de estrutura orgânica e a definição do número máximo de unidades flexíveis, dos serviços municipais da Câmara Municipal do Cartaxo, nos seguintes termos:
 - Modelo de estrutura orgânica hierarquizada, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 outubro, na atual redação;
 - 23 (vinte e três) unidades orgânicas flexíveis, sendo:
 - 9 (nove) direção intermédia de 2.º grau;
 - 14 (catorze) direção intermédia de 3.º grau.
 - Relativamente aos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau:
 - Atribuir as seguintes competências:

Dirigir as atividades da respetiva unidade técnica, sob a orientação do chefe de divisão, definindo os objetivos de atuação, de acordo com as orientações definidas e, especificamente:

 - Coordenar as atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços da unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação dos interesses dos destinatários;
 - Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
 - Gerir os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à unidade orgânica;



27g.

1

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IV. Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho e identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores, propondo a frequência de ações consideradas adequadas ao suprimento das necessidades identificadas;

V. Proceder à avaliação do mérito dos trabalhadores da unidade, em função dos resultados individuais e de grupo;

VI. Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da unidade orgânica;

VII. Submeter a despacho do presidente da câmara ou a deliberação da câmara municipal, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;

VIII. Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;

IX. Estudar e elaborar pareceres e informações sobre matérias da competência da unidade orgânica e propor as soluções adequadas;

X. Promover a execução das decisões do presidente ou vereadores, no âmbito de competência delegada ou subdelegada, e as deliberações da câmara municipal nas matérias que interessam à unidade orgânica;

XI. Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas;

XII. Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;

XIII. Exercer as funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que forem cometidas por lei, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior, relativos à unidade orgânica que chefia.

b. Definir que os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau sejam recrutados por procedimento concursal, nos termos da lei, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam cumulativamente:

i. Formação académica correspondente à licenciatura ou superior;

ii. 2 anos de experiência profissional, na carreira técnica superior, para cujo provimento seja exigível a habilitação académica referida no subponto i);

iii. Formação profissional adequada ao exercício das funções a desempenhar;

c. A remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau corresponda à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.

O Vereador com competências delegadas,

(despacho n.º 11/2017/PC-PMR, de 17-10)

Fernando Manuel da Silva Amorim"

O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quinto ponto da *Ordem do Dia* e deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para apresentação. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que introduziu que no momento a estrutura orgânica do município era constituída pela área operacional e área de gestão e responsabilidade juntas, os chefes de divisão que não existiam e os vereadores. A estrutura orgânica do município comportava sete unidades orgânicas, explicou que com aquela alteração pretendia-se aumentar o leque, em que teriam um nível de operacionalidade, uma linha intermédia, as chamadas sub-orgânicas e, os chefes de divisão, as unidades orgânicas. Referiu que o que estavam a solicitar á Assembleia Municipal era autorização para alterar a estrutura orgânica para 14 sub-unidades orgânicas e 9 unidades orgânicas. Explicou que, a criação daquelas unidades, não significava que o município as fosse utilizar todas; o município já estava a implementar a contabilidade de custos e tinham necessidade de ter uma linha reta, de topdown de decisão, ou seja, a contabilidade de custos tinha de saber o nível operacional, o nível de gestão e o nível de



IG.
J

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade, era muito mais fácil a sua implementação do que como estava a estrutura aos ziguezagues, o que causava alguma confusão a nível de decisão e imputação de custos em cada unidade. Nesse sentido naquela fase estavam a solicitar autorização à Assembleia para 9 unidades orgânicas e 14 sub-unidades orgânicas, para depois ser desenhada a nova estrutura orgânica da câmara municipal. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema, dando a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU), que começou por dizer que, realmente faltava a estrutura orgânica, para perceberem o que pretendia com as 14 sub-unidades e 9 unidades orgânicas. Observou que nos requisitos para os titulares de cargo de direção era referido, claramente, que a formação académica tinha de corresponder a licenciatura ou superior, o que na sua opinião dizia muito pouco, tendo presentes as competências técnicas, sociais e pessoais, que decorriam da formação profissional e da experiência profissional de cada um. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal não tendo registado mais interessados em intervir, submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com catorze (14) votos a favor do PS e oito (8) abstenções sendo seis (6) do PPD/PSD.NC, um (1) da CDU e um (1) do MIP. -----

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2019. -----

Proposta de Deliberação N.º 48/PC-PMR/2020 -----

“Considerando que:

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual define como documentos de prestação de contas o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, os anexos às demonstrações financeiras, o relatório de gestão e outros que a autarquia considere relevantes para a sua gestão.

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º conjugado com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deve, legalmente o Executivo Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, devendo submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Assim, proponho que:

A Câmara Municipal a Câmara Municipal elabore e aprove os documentos de prestação de contas do exercício do ano 2019 e os submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Que Assembleia Municipal aprecie e vote, os documentos de prestação de contas do exercício de 2019, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara Municipal,

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por deixar uma palavra de apreço a todos os que tinham trabalhado, para aquelas contas, que eram extremamente positivas, com redução do passivo e da dívida da câmara municipal. Registou mais uma vez que desde 2013, quando assumiram a gestão da câmara tinham invertido um caminho bastante negativo naquilo que eram os indicadores financeiros da câmara e, que tinham conduzido à situação de rutura financeira que, os vinculava ao FAM por vários anos e, que iriam naturalmente, tentar encurtar os *timings* em que estariam em rutura financeira. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Salientou três conceitos chave e orientadores na definição das políticas públicas municipais e da política orçamental municipal: o primeiro fator transparência nas contas, segundo fator rigor na sua execução e o terceiro a responsabilidade no compromisso da sustentabilidade financeira do município. Referiu que aquele era o caminho das pedras, um caminho bastante difícil porque, quando falavam em sustentabilidade financeira do município, ao mesmo tempo assumiam o difícil equilíbrio, que era contas certas e ao mesmo tempo a capacidade para investir, a capacidade para ter mais recursos, para corrigir o muito mal que ainda existe na terra, fosse ao nível dos equipamentos municipais, fosse ao nível da rede viária, da rede de infraestruturas, fosse ao nível também do regime fiscal a que estava vinculado o município e todos aqueles que ali viviam, todos os que ali investiam. Relevou que sabiam da rutura financeira estrutural, que vinham a recuperar ao longo dos anos mas também, do trabalho árduo que faziam com os trabalhadores, com os parceiros, com todas as forças políticas, com os presidentes de junta, cada um no seu universo, com diferentes responsabilidades no entanto, queria ali juntar todo estamos na política de boa-fé todos damos o melhor nós próprios e cortantes naturalmente onde emprego dos pronomes habilidades diferentes fotos mas ele quer que juntar todos os parabéns pois, todos tinham a sua quota-parte nos muito positivos resultados que ali apresentavam. -----

--- Mencionou os 10 indicadores fundamentais: passivo total do município reduziu em 2,4 milhões de euros; o prazo médio de pagamento que, quando iniciaram o mandato anterior estava nos 373 dias e, fechavam 2019 com 23 dias; os pagamentos em atraso superiores a 90 dias que registaram um valor zero; o resultado líquido que era o melhor desde 2007; a taxa de execução da receita, que era um exemplo de rigor e transparência nas contas dos municípios, que rondava os 89 por cento, quando em 2013 tinha a pior taxa de execução do país a rondar os 22 por cento; o sexto indicador, os fundos disponíveis, a câmara municipal em 2013 tinha mais de 55 milhões de euros negativos de fundos disponíveis, 2019 foi fechado com números positivos, uma recuperação a rondar os 58 milhões; os fundos próprios que, embora ainda sejam negativos, era bom ter a noção que partiram, em 2013, com mais de 14 milhões de euros negativos, para um valor que melhoraram em quase 4 milhões de euros; a poupança corrente, tão necessária para financiar o investimento, que foi um valor acima de milhão e meio de euros, a melhor poupança corrente do município desde 2011; o indicador do valor da dívida transitada, que confirmava a tendência decrescente daquele indicador ao longo dos últimos, que era importante para a sustentabilidade orçamental, assumida como um pilar da estratégia; como décimo indicador, o compromisso que lhes tinha permitido reestruturar a dívida, com o instrumento financeiro do FAM, a execução do plano de ajustamento municipal, que foi superior a 99,7 por cento. -----

--- Referiu que aqueles destaques falam por eles, o que contava eram os indicadores factuais e demonstravam que, pese embora as enormes dificuldades que tinham, que se refletiam na qualidade de vida da terra, o caminho árduo era a única alternativa, que tinham para o necessário equilíbrio financeiro do município do Cartaxo, que conduzisse a uma situação de poupança, podiam direccionar verbas, para as obras tão necessárias que precisavam, como a rede viária, equipamentos de vária natureza, aliviar o esforço fiscal das famílias, das empresas e das instituições e, era nessa base que podiam garantir aos concidadãos que, depositaram neles a sua confiança, a base para poder devolver a qualidade de vida, que mereciam. -----

--- Salientou que o futuro, o cenário pandémico iria ser de grande exigência, por isso que tomaram a



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iniciativa de encetar o plano de recuperação económica e social pois, julgavam que era aquele o caminho, que melhor defende os interesses de quem ali vivia, de quem ali investia e dar futuro às gerações vindouras.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que começou por agradecer a elaboração do relatório, das demonstrações financeiras e também pelo trabalho de todo o ano, à equipa da direção de gestão financeira do município do Cartaxo, nomeadamente à Dra. Margarida Ferreira. Referiu que aquele era um trabalho do ano todo, que controlavam, monitorizam os dados dia-a-dia, mês a mês para tentar chegar àqueles objetivos, de forma a honrarem o compromisso perante quem lhes emprestou o dinheiro, o contrato com o FAM e também com todos porque, sem uma sustentabilidade financeira não conseguiriam cumprir todo o resto, era importante o rigor e a transparência nas contas, para conseguir cumprir. Acrescentou que era um caminho duro, difícil porque era um caminho lento mas, que tinha de ser feito e, a pouco e pouco iriam conseguir colocar o município do Cartaxo no mapa dos melhores municípios do país. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à inscrição dos membros interessados em intervir na discussão do tema, momento após o qual deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC)**. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC), no uso da palavra, cumprimentou os presentes. Referiu que as contas tinham do ponto de vista da gestão financeira, um resultado que era de assinalar mas, de facto a qualidade de vida das pessoas continuava aquilo que era do ponto de vista dos espaços públicos, da rede viária, do pavilhão do inatel pois, deviam ser dos poucos concelhos que não tinha um pavilhão desportivo coberto com condições e, portanto continuavam com obras essenciais para a qualidade de vida adiadas enquanto não surgisse o tal reequilíbrio financeiro, a reestruturação. Desejou que, com todos os atores políticos, houvesse a descoberta de algumas possibilidades, talvez renegociando com quem comia uma boa parte do que produziam, para tornar sustentáveis as contas e, ao mesmo tempo fazer algum investimento, que era necessário. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU)**, que questionou, sobre a página 28, resultados extraordinários somados aos resultados correntes, subtraídos os resultados financeiros e somados aos resultados operacionais davam um resultado líquidos de exercício de 2 milhões 761 mil euros, o que eram e de onde vinham, exatamente, aquelas verbas. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, que solicitou se na próxima demonstração de resultados seria possível partilhar a parte mais pertinente, os números em formato, que fosse lido em PDF, para poderem avaliar melhor os números. -----

---Disse que tinham que perceber naquela trajetória e, na análise feita, que reconheceu em muitos pontos ser verdade, o município tinha feito um esforço, do ponto de vista da gestão financeira, para cumprir com os pressupostos, do resgate financeiro a que o município estava vinculado, que resultava do esforço do executivo e dos funcionários mas, sobretudo do que era a realidade nua e crua: um município que estava numa situação financeira descontrolada e que renegociou para um prazo mais alargado a sua dívida de forma sustentável, com apoio a um o mecanismo e, a partir daí procede-se ao caminho que, realmente, tendo em conta os indicadores, que iam vendo ao longo dos anos, por parte do fundo de apoio municipal



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mantém-se dentro da expectativa, umas vezes fora e prolongando no tempo a necessidade do município de sair da situação de rutura financeira. Realçou a forma como iam conseguindo pagar a dívida, com as prestações que pagavam ao FAM mas, preocupava-o a forma como era gerida a maior capacidade financeira do município, isso era gestão política. Referiu que a parte financeira era muito interessante mas, cumprindo os pressupostos não era necessário um executivo político e, sim uma comissão administrativa. Admitiu que era necessário um pouco de gestão política forma como conseguiam ter outras formas de receita, que não seja a transferência de prestações por parte do poder central, ou da captação pura e dura de impostos a taxas máximas, era preciso conseguir gerir melhor os ativos do município, procurar formas alternativas de receita que fossem também, em benefício da qualidade de vida dos habitantes, dando assim algum suporte financeiro ao município e, por sua vez também na capacidade de investimento. -----

--- Afirmou que tinha muitas dificuldades em votar, favoravelmente, uma prestação de contas em que de facto os orçamentos não eram realistas pois, eram orçamentos que à partida são feitos sabendo que havia um conjunto de rubricas que não eram executadas e, no que concerne à transparência dos números que apresentavam era total, a transparência na criação do orçamento com uma série de rubricas a zero ao longo dos anos, obviamente, que não podiam concordar com aquele exercício e votariam contra. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para resposta. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação às questões do senhor José Augusto Jesus, reforçou que a qualidade de vida e a sustentabilidade financeira no município tinham de andar casadas. Referiu que era uma realidade que a câmara vinha a recuperar do ponto de vista financeiro e, que a outra realidade muito importante, para dar confiança, nomeadamente, na área de economia era a terra ter recuperado a credibilidade. Disse que tinha focado o discurso nos prazos de pagamento, nas dívidas zero a mais de 90 dias, era porque do ponto de vista da credibilidade era importantíssimo assim como, a capacidade de ter uma taxa de execução altíssima do programa de ajustamento municipal. Referiu que não era apenas, receber o dinheiro, tinham ficado vinculados a metas difíceis, exigentes e complexas. Acrescentou que o pessimismo inicial quando da aprovação do PAM reforçava a qualidade do trabalho feito de grande rigor. Saliu que também viam as ruas esburacadas e as ervas mas, tiveram que assumir um trabalho de rigor, mesmo debaixo de uma chuva de críticas porque, sabiam que aquele era o único caminho possível, para amanhã terem um bom horizonte. Contrariou a narrativa que os resultados extraordinários explicavam tudo, quando falavam em poupança corrente acima de um milhão e meio de euros. -----

--- Sublinhou que os orçamentos não eram irrealistas, procuravam fazer orçamentos realistas, com rubricas abertas com pouco dinheiro na expectativa de que possam contratar com institutos da administração central, como era o caso do pavilhão Inatel, onde ainda trabalhavam com a fundação para poder firmar um protocolo, que permitisse a sua recuperação. Aplaudiu o espírito de sacrifício e sofrimento que todos os cartaxeiros, de todas as freguesias, têm feito no combate à brutal dívida que herdaram em 2013 mais do que criticar o que ia as redes sociais, tinham era de reconhecer a paciência de todos os cartaxeiros, que com eles faziam, literalmente, o caminho das pedras. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que sobre os resultados extraordinários disse que, quando os mesmos eram bons, todos criticavam que o resultado líquido era influenciado por esse resultado extraordinário no entanto, os



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultados extraordinários também já foram maus. Explicou que o resultado extraordinário advinha de uma questão legal e, meramente contabilística porque, quando falavam de resultados falavam de contabilidade patrimonial, que regista direitos e obrigações do município; a contabilidade orçamental, que era outra dimensão, regista receitas e pagamentos, ou seja, era uma contabilidade de caixa, o que significava que em termos de resultados extraordinários eram direitos e obrigações. Referiu que a explicação estava no quadro 32, das notas ao balanço, quando faturaram em 2015, 2016, 2017 e 2018 à Tagusgás, os valores apareceram na conta 72, impostos e taxas mas, não tinham recebido o dinheiro, não entrou na contabilidade orçamental, não houve uma cobrança efetiva apenas, houve um registo do direito de receber esse dinheiro na contabilidade patrimonial, como não tinham recebido o dinheiro vai para um custo extraordinário; quando receberam o dinheiro tiveram um proveito extraordinário, para anular o custo que tiveram nos outros anos, o proveito extraordinário da Tagusgás refletia, exatamente, isso, era o dinheiro que deveriam ter recebido em 2015, 2016, 2017 e 2018. Referiu que o resultado operacional do município tinha sido positivo, ou seja, o que o município adquiriu e as obrigações que teve foi positivo, a operação do município gerou riqueza e, não tinha sido referido. Acrescentou que no pocal imputavam sempre o proveito extraordinário, que eram os subsídios nas obras financiadas, 1 milhão e 300 mil euros era a incorporação dos subsídios na desvalorização do bem. Aquela era uma questão técnica, que tinha sido certificada pelo revisor oficial de contas. -----

--- Respondeu ao senhor João Oliveira que iria verificar se seria possível o que tinha solicitado. Acrescentou, em termos de execução do FAM, que tinham andado mais rápido, a dívida prevista a 31 de dezembro de 2019 era de 54 milhões 356 mil e o município tinha terminado o ano com 50 milhões 886 mil portanto, 3 milhões 470 mil euros era a recuperação ao longo de 2016 e 2017, o que significava menos 1 ano e 4 meses, em termos de recuperação do FAM. -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC)**, que observou que tinham resultados operacionais do exercício positivos mas, tê-los-iam se tivessem investido na rede viária, ou no pavilhão do inatel. Referiu que lhe parecia que tinham alguns bons resultados porque pagavam menos juros devido ao FAM, porque tinham mais algumas receitas extraordinárias, porque não cumpriam o que estava no orçamento e, nomeadamente, não faziam algumas obras que eram importantes. -----

--- Questionou, sobre o relatório de gestão, porque não tinham tido a realização de exames médicos, avaliação de riscos dos postos de trabalho durante o ano de 2019. Sobre uma das rubricas, que estava a zero, a requalificação de bares e jardins, que reportam aos espaços junto à praça de touros, perguntou se ainda se mantinham para *startup's* ou se os concursos já tinham algum desenvolvimento. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que sobre a questão da medicina no trabalho explicou que, o contrato-programa com a cimlt tinha terminado em fevereiro de 2019 e, até o novo contrato entrar em vigor em setembro de 2019 não tinham conseguido realizar os testes. Informou que no ano corrente já tinham iniciado as consultas e, que a situação já se encontrava regularizada. -----

---Referiu que os resultados extraordinários não eram nada de fictício, tinham recebido, efetivamente, o dinheiro da Tagusgás. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informar sobre a situação dos bares junto



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à praça de touros, que estavam a lançar um novo procedimento, para alguns novos interessados, que tinham surgido. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a proposta apresentada no ponto. -

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada**, com catorze (14) votos a favor, do PS, sete (7) votos contra sendo seis (6) do PPD/PSD.NC um (1) da CDU e uma (1) abstenção do MIP. -----

PROPOSTA DE PROLONGAMENTO DA SESSÃO PARA ALÉM DAS VINTE E QUATRO HORAS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a chegada das vinte e quatro horas e conforme previsto no Regimento, propôs e submeteu a votação o prolongamento da sessão para além daquela hora.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento da sessão para além das vinte e quatro horas. -----

7. AUTORIZAÇÃO APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - ANO 2019. -----

Proposta de Deliberação N.º 49/PC-PMR/2020 -----

“Considerando que:

O disposto no ponto 2.7.3 do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que determina que quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser aplicado da seguinte forma:

- a) Reforço do património;*
- b) Constituição ou reforço de reservas.*

Segundo o ponto 2.7.3.4 do POCAL é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 “Património” corresponda a 20% do Ativo Líquido.

De acordo com o ponto 2.7.3.5, sem prejuízo do ponto 2.7.3.4, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “Reservas legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação a aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, nos seguintes termos:

- *Que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 2.771.135,12, seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados e dos quais 5% sejam aplicados no reforço na conta de Reservas Legais, no valor € 138.556,76.*

Que a Assembleia Municipal delibere aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, nos seguintes termos:

- *Que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 2.771.135,12 seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados e dos quais 5% sejam aplicados no reforço na conta de Reservas Legais, no valor € 138.556,76.*

O Presidente da Câmara Municipal,

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e, em seguida colocou a votação a proposta, por não ter registo de interessados em intervir. -----



Zg.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada**, com catorze (14) votos a favor *do PS* e oito (8) abstenções *sendo seis (6) PPD/PSD.NC, um (1) da CDU e um (1) do MIP.*-----

8. 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO - ANO 2020. -----

Proposta de Deliberação N.º 26/VP-FA/2020 -----

“Considerando que:

A elaboração do orçamento é norteada pelos princípios e regras preconizados no POCAL e restante legislação, procurando-se acautelar o melhor possível as previsões das receitas a cobrar e das despesas a efetuar, mas só a execução do orçamento retratará a realidade do evoluir da situação financeira da autarquia.

O ponto 8.3.1.2 das considerações técnicas do POCAL prevê a possibilidade de, sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas que o orçamento pode ser objeto de revisões e alterações.

As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações.

A abertura de novas rubricas orçamentais, a incorporação do saldo do exercício anterior, a diminuição do orçamento da receita, a retificação às dotações orçamentais da despesa e de ações das GOP's, com diminuição ou anulação das mesmas deve acontecer via revisão orçamental (ponto 8.3.1.4) do POCAL.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, de acordo com o disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 33.º do Anexo I aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e submeter a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2020 à aprovação da Assembleia Municipal, conforme anexos a esta proposta.

A Assembleia Municipal delibere aprovar, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2020, conforme anexos a esta proposta.

O Vereador com competências delegadas,

(despacho n.º 11/2017/PC-PMR, de 17-10)

Fernando Manuel da Silva Amorim”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que aquele ponto era a introdução do saldo de gerência do ano de 2019, no orçamento do ano de 2020, com a particularidade de aquela revisão fazer algumas correções, que existiam do lado da receita tornando o orçamento mais rigoroso e, mais adequado à realidade, nomeadamente, na receita do parque de estacionamento pois, passaram 6 meses e ainda não tinham receita daquele equipamento e, a correção aos passivos financeiros porque não iriam utilizar a última tranche do FAM, de cerca de 550 mil euros e, ainda uma correção aos impostos que estavam por cobrar na autoridade tributária. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada**, com treze (13) votos a favor, *do PS*, um (1) contra *da CDU* e sete (7) abstenções *sendo seis (6) PPD/PSD.NC e um (1) do MIP.*-----

[O membro da Assembleia Municipal senhora Carolina Simões (PS) não participou na votação do ponto, por se encontrar ausente da sala.] -----

9. FAM - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 3.º-B DA LEI N.º 4-B/2020, DE 6 DE ABRIL. -----



IG.
R

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** introduziu o nono ponto da *Ordem do Dia* e declarou aberto o período destinado à apreciação do ponto, momento após o qual, deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU)**, que referindo-se às demonstrações financeiras, nomeadamente, ao relatório do ROC, onde se diz que *caso o município não venha a concretizar as medidas de maximização da receita acima descritas deve proceder à revisão do PAM, de modo a substituí-las por outras que tenham efeito equivalente*, tendo questionado o que estava previsto fazer sobre aquela matéria. Interveio depois o **membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, que começou por salientar que na mesma lógica de pensamento do senhor presidente que, disse que o PSD chumbou o orçamento e, por isso estava contra a compra de uma varredoura mecânica também, se podia dizer que o PS estava contra a moratória de 12 meses do FAM, uma vez que tinha votado contra a proposta na Assembleia da República. -----

--- Considerou que as forças partidárias constituintes estavam preocupadas com a situação da pandemia e, com os impactos que teria em município como o deles. Relevou que não deveriam ficar por ali no esforço que todos tinham de fazer junto dos partidos políticos, nas estruturas nacionais, para terem uma atenção redobrada àqueles municípios, que não podiam ser duplamente prejudicados. Julgou que existia uma responsabilidade partilhada entre todos, para junto das forças políticas, encetando esforços diretamente onde podem resolver a situação, procurando salvaguardar o interesse dos munícipes e tentar ajudar a que consigamos responder de uma forma melhor, que o município tenha a hipótese de ter uma maior liberdade financeira e, que os custos não sejam tão carregados nos munícipes. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal** que transmitiu que teriam oportunidade de avaliar a participação de cada autarca, cada força política, do diretor do FAM, da senhora Ministra sobre aquela matéria. Disse que via com simpatia a mensagem que o senhor João Oliveira ali tinha trazido e, esperava que o clima pré-eleitoral e eleitoral que iriam ter em 2021 não os pudesse dividir em relação a questões essenciais, como aquela ali focada, para que divergências à parte em matérias essenciais, como a sustentabilidade financeira do município e, as questões da saúde pública possam continuar unidos porque eram de desígnios que tinham de estar acima de qualquer jogo ou meta eleitoral. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que explicou sobre a questão do senhor Mário Reis que, o PAM previa quatro receitas que não tinha conseguido cobrar: a receita de arrecadação da TOS, que só tinham conseguido no ano 2020 fazer a cobrança efetiva; os rendimentos do contrato da cartágua, que até ao momento face ao diferendo que existe não conseguiram fazer a cobrança; a receita do parque de estacionamento e a correção do défice tarifário da recolha de resíduos sólidos. Referiu que das quatro já tinham cumprido mais uma, faltando ainda cumprir três medidas maximização da receita, o que o revisor dizia era ou conseguiam cumprir, ou teriam de rever a parte da receita que estava no plano de ajustamento municipal. Acrescentou que a revisão do PAM não estava colocada em causa porque, o saldo entre o que foi estimado no PAM e, o que foi executado na realidade era de 186 mil euros, o que dava a taxa de execução de 99,7%, o que significava que as outras receitas cobradas ficaram um pouco acima do estimado, compensado as receitas. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o ponto. -----



EG.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

➤ **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

10. DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – PATA (PROSPEÇÃO) PARA ESTUDO AMBIENTAL DA LINHA DO NORTE, KM 060+189, VIADUTO NO APEADEIRO DE SANTANA/CARTAXO PARA SUPRESSÃO DA PASSAGEM DE NÍVEL AO KM 060+090. APEADEIRO DE SANTANA/CARTAXO SANTANA. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que frisou que tinha endereçado para conhecimento dada a importância da infraestrutura e, que era seu propósito dar conhecimento, de toda a informação relevante sobre a ponte D. Amélia, ponte do Vale de Santarém e viaduto de Santana, para que a Assembleia pudesse acompanhar os desenvolvimentos. -----

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do ponto, momento após o qual, deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU), que disse que tinha sido assinado em 2009 um contrato com a entidade que tutelava a infraestrutura, que só não tinha sido cumprido porque havia uma contrapartida do município, que era muito elevada; se o contrato tinha sido assinado era porque existiam todos os estudos e, inclusivamente, ele tinha visto o projeto, questionou qual a razão de se dar agora um passo atrás. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que aquele projeto não era o mesmo de há uns anos atrás, tinha diferenças no ponto de início e de chegada, diferença na implementação de uma rotunda, por isso, estavam a negociar um novo acordo, em que a comparticipação do município era uma verba correspondente à verba da rotunda. Disse que iria solicitar aos serviços informação sobre os contratos negociados anteriormente e, faria chegar através do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC), que mediante aquele parecer positivo, perguntou qual a estimativa para a conclusão da obra. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, tinha algumas reservas em falar em boas notícias, sem coisas mais palpáveis. Referiu que estavam a trabalhar naquelas três obras há cerca de cinco projeto em particular estava bem avançado, o problema era a calendarização para a sua execução. Referiu que na cronologia que iria pedir à divisão de obras estaria como 2022 o viaduto mas, poderiam constatar os *timings* exatos. Disse que tinham feito um pedido de reunião ao ministro para acelerar pois, era ele que definia as prioridades da IP e, a falta de intervenções colocavam em risco a segurança de quem ali transitava. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto. -----

➤ **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de *Intervenção do Público* fazendo referência que pelos motivos óbvios a sessão não tinha público, mas que tinha sido dada oportunidade aos



IG
Z

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipes de colocar as suas questões por via eletrónica. De seguida fez a leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 3), dela fazendo parte integrante, onde constava a questão colocada pela **senhora Joana Antunes**. -----

--- Para resposta o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que fez a leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 4), dela fazendo parte integrante. -----

A sessão prosseguiu com o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** a fazer a leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 5), dela fazendo parte integrante, em que constava a questão do **senhor Pedro Devesa**. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **senhor Vereador Pedro Nobre** para resposta, que fez a leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 6), dela fazendo parte integrante. -----

De seguida O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** fez a leitura do documento que se refere às questões do **senhor Francisco Mendonça**, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 7), dela fazendo parte integrante. -----

----- O **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, explicou que iria falar de uma forma genérica porque era um assunto que preocupava a equipa do executivo da câmara municipal, tentando arranjar soluções para a limpeza do espaço público. Acrescentou que face ao contexto que viviam os recursos mantinham-se os mesmos, com a agravante de existirem pessoas de assistência aos filhos desde 16 de março, as condições climáticas também tinham proporcionado o aumento da sujidade no espaço público. Disse que como já referido pelo vereador e, como teriam oportunidade de verificar no relatório de gestão, aquele era um problema que os preocupava muito porque, andavam há cerca de sete anos a lutar com aquele problema, uns anos conseguiam minimizar a situação mas, o máximo que tiveram das 14 pessoas que tinham no quadro, eram 9 permanentemente no ativo. Salientou que eram cerca de 8 mil dias de ausência, de tempo de não trabalho, o que significava que em média durante o ano tinham menos 34 trabalhadores no quadro da câmara municipal, o que se refletia na operacionalidade dos serviços e, refletia-se também na questão de não terem recursos financeiros, que desejariam para chegar aos mercado e contratar uma empresa de forma imediata, para prestar o serviço. Explicou que era isso que estavam a tentar fazer, ajudados pela sustentabilidade financeira, que iam encontrando ano após ano; tentar colmatar a situação e canalizar alguns recursos financeiros, para de uma vez por todas resolver o problema. Referiu que os últimos concursos de CEI e CEI+ ficaram desertos, iam tentar reativar os concursos para ver se através daquela medida conseguiam reforçar a área; tinham dois motoristas que se iriam reformar no próximo mês e, era muito difícil porque não conseguiam encontrar motoristas de pesados, que quisessem vir ganhar 635 euros, pelo que era muito complicado arranjar recursos, para resolver a situação. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** fez um breve resumo do documento com as questões do **senhor Ricardo Magalhães**, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 8), dela fazendo parte integrante. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que sobre o empreendedorismo e o gabinete de apoio às famílias, nomeadamente, na



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão do seu endividamento e face à legislação nacional, referiu que era um assunto que estava a ser abordado no plano de desenvolvimento económico e social, com base na linha da moratória do FAM. Explicou que o gabinete de apoio ao empreendedorismo já existia mas, estava mais vocacionado, para dar apoio às empresas e ao tecido empresarial. Lembrou que durante o período houve várias iniciativas: vídeo promocional do comércio local, um diretório das empresas a nível local disponibilizado na página do município, um inquérito feito empresa a empresa sobre a situação nos quatro meses, Festa do Vinho digital. Disse que o município levantava ali uma série de questões que, não tinha tido oportunidade de explorar contudo, iria preparar uma resposta juntamente com o executivo e faria chegar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra, à **senhora Vereadora Elvira Tristão** para responder à questão sobre o emprego. -----

A senhora Vereadora Elvira Tristão, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse “O GIP é uma resposta contratualizada com o IEFP que obedece a um conjunto alargado de ações com metas anuais, que é monitorizado supervisionado e avaliado por este instituto sob a tutela do Ministério do Emprego e da Segurança Social. A monitorização é efetuada trimestralmente através de relatório remetido ao IEFP. De um modo abrangente, as ações são: Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego e na formação; ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento de atitude empreendedora; encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego; receção e registo de ofertas de emprego; apresentação de desempregados a ofertas de emprego; colocação de desempregados em ofertas de emprego; ações de apoio à integração no mercado de trabalho de desempregados com deficiência; outras atividades, nomeadamente marcações de agendamentos, entrega das comunicações de alterações (incluindo justificações, pedidos de dispensa e outros). Estas ações têm indicadores de medida para avaliação das metas atingidas. A título de exemplo, a meta do ano na colocação de desempregados em ofertas de emprego, foi já amplamente superada no primeiro trimestre (48 colocações para uma meta de 22, revista para 24 em aditamento ao contrato) e 95 utentes apresentados a ofertas de emprego para uma meta de 112 revista 121. -----

--- O IEFP proporcionou recentemente formação às colaboradoras afetas ao GIP para melhoria da capacidade de resposta do serviço do GIP. O reforço da proximidade do GIP ao gabinete de empreendedorismo permitiu, por exemplo, contactar 34 entidades para uma meta de 48 revista para 96 em aditamento. Foi também efetuado um esforço de sistematização da monitorização dos projetos CEI e CEI+ junto da responsável da área dos recursos humanos por estes projetos. -----

--- Assim, o GIP está a cumprir os objetivos contratualizados com o IEFP, as colaboradoras afetas frequentaram formação para desenvolvimento de competências profissionais nas áreas privilegiadas por este instituto, e os procedimentos de articulação com outras áreas funcionais do município tem vindo a ser objeto de ações de melhoria. Concluimos registando que algumas metas foram amplamente superadas, outros resultados estão próximos do contratualizado, e outras ainda estão suspensas em virtude das regras de confinamento em resposta à pandemia por COVID-19.”. -----

--- Detalhou quanto aos números de desemprego, que a 30 de abril de 2020, de acordo com os dados do IEFP, tinham 647 desempregados no concelho do Cartaxo, por comparação com fevereiro em que tinham



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

513. Dos números de fevereiro de 2020 148 estavam desempregados há mais de um ano. -----

--- Sobre a área social disse que, no dia 23 de junho, se tinha realizado o conselho local de ação social, para fazer um ponto de situação. Relativamente às respostas da segurança social referiu que existia o alargamento do programa operacional de apoio alimentar às pessoas mais carenciadas, um alargamento de 50 por cento no mês de junho e, nos meses de julho e agosto terá um alargamento de 100 por cento, sendo que no momento encontravam-se a aguardar o parecer favorável do FAM, para poderem participar no apoio solicitado pelo centro distrital de segurança social, no sentido de garantir o apoio logístico e de armazenamento de géneros alimentares. -----

--- Ao nível do rendimento social de inserção informou que, tinha existido uma simplificação dos processos de instrução e análise dos pedidos de RSI; a 23 de junho o concelho do Cartaxo tinha 65 processos deferidos. -----

--- Acrescentou que para além do POAPMC, do RSI e outros apoios económicos eventuais, que vinham a aumentar junto da segurança social, procuravam acompanhar as instituições que fazem a distribuição de géneros alimentares, no sentido de garantir que tinham *stock*. Informou que tinham 84 pessoas apoiadas pelo POAPMC, a nível de apoio alimentar, passarão em julho para 126 e, mais 42 pessoas até agosto, que tem como entidade distribuidora o núcleo da Cruz Vermelha do Cartaxo. A Conferência de São Vicente Paulo, a Cruz Vermelha, o Centro Social de Bem-Estar Social de Pontével que distribuem bens alimentares, fruto das coletas, que conseguem junto da comunidade; o Lar de S. João, o Centro de Dia de Pontével e o núcleo da Cruz Vermelha distribuem diariamente, cada uma com 6 refeições a pessoas carenciadas, do programa das cantinas sociais. Referiu que a ação social do município do Cartaxo tinha recebido 66 pedidos de apoio, 41 foram de apoio alimentar, 21 de apoio económico, que foram reencaminhados para a segurança social, que era a entidade que tinha competência nessa área. -----

De seguida o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** fez a leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 9), dela fazendo parte integrante, onde constava a questão colocada pela **senhora Telma Ferreira**. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que consubstanciou a resposta à munição na leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 10), dela fazendo parte integrante. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Pereira (PS)** que começou por apresentar os cumprimentos aos presentes. Questionou sobre a mudança do mercado semanal, para o espaço circundante à praça de touros, se tinha sido equacionada a possibilidade de coincidir com eventos na praça de touros, como por exemplo a corrida de touros, que iria decorrer no próximo sábado, dia 18 de julho. -----

O **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** no uso da palavra respondeu que, a situação iria ser avaliada no dia seguinte pois, era o último sábado do mês. Referiu que, aquela era uma questão pertinente e, que iria ser colocada na reunião de avaliação. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU)**, que cumprimentou os presentes. Solicitou ao Vereador Pedro Nobre que esclarecesse a afirmação que tinha feito sobre a intervenção dos sapadores, na limpeza de uma linha de água. Em relação ao senhor Ricardo Magalhães observou que tinha feito uma exposição muito extensa e,



EG.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que deveria ser ponderada e respondida numa próxima sessão. -----

--- Relativamente à questão colocada pela senhora Telma Ferreira, sobre a deslocalização do mercado semanal disse que, particularmente, não concordava com aquela decisão pois, parecia-lhe que tendo em conta as diretrizes da DGS haveria espaço no estacionamento à volta do mercado, para colocar os vendedores. Tomou como termo de comparação o mercado das velharias, que não tinha tido distanciamento social, pelo que tinha observado, muito pouca gente com máscara, inclusivamente os feirantes portanto, na sua opinião, existia uma discrepância de forma de ponderar a situação e, exista forma de distanciar os vendedores ocupando o estacionamento em volta do mercado. Afirmou que não era contra a mudança, quando essa mudança era igual para todos, por um lado e, quando servia a saúde pública, por outro. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou que tinha exercido funções de vereador na câmara municipal e, que teve o pelouro das feiras e mercados, lembrou que já no mandato do Dr. Hélder Travado como vereador se falava na deslocalização do mercado semanal, para a zona envolvente da praça de touros e, que era uma das suas mágoas nunca ter conseguido realizar essa deslocalização, pelo que ficava muito satisfeito de agora o terem conseguido fazer, mesmo a rebo que do covid porque, na sua opinião, naquele local tinham melhores condições. Informou que teve oportunidade de ir ao mercado no primeiro dia e, tinha ouvido os mais novos a dizer que, de facto estavam num lugar fantástico e, três/quatro dos mais velhos, que eram mais resistentes à mudança, a dizer mal. -----

--- De seguida deu a palavra **ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal membro** que esclareceu que a entidade que organizava a feira das velharias também, tinha reunido com o gabinete da proteção civil, onde foram ditadas as regras mas, a feira das velharias tinha uma organização privada, que tinha sido aconselhada a cumprir as regras. Referiu que a situação ali mencionada, já tinha sido reportada ao gabinete de proteção civil, pelo que da próxima vez iria ser objeto de fiscalização antes da montagem, para ressaltar as regras. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que a intervenção dos sapadores era na linha de água e zona envolvente da quinta das Correias. Referiu que os sapadores eram da CIMLT e, que prestavam apoio aos vários municípios que integravam a comunidade e, que se iria inteirar de outros serviços prestados e, depois daria essa informação. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de *Intervenção do Público*. -----

FORMA DE VOTAÇÃO: -----

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, por unanimidade de votos dos membros presentes, com exceção daquelas onde se faz menção expressa do contrário. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta**, nos precisos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

ENCERRAMENTO: -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença dos funcionários da câmara, da comunicação social, do executivo e de todos os membros da Assembleia. E nada mais havendo a tratar, deu como encerrada a sessão, quando eram vinte e quatro horas e dezoito minutos. -----
Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Inês Margarida Ribeiro Calisto, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do senhor Presidente. -----

Augusto Gonçalves Parreira

Inês Margarida Ribeiro Calisto



Declaração para acta

Francisco Manuel Miguel Colaço declara para a acta que saiu na última Assembleia Municipal por considerar que ao fim de 4 horas de reunião não estavam cumpridas as condições sanitárias aconselhadas para reuniões semelhantes, nem de distanciamento nem de durabilidade da mesma, dada a saturação do ar e das máscaras de protecção.

Dada que a mesa da Assembleia Municipal, na pessoa do seu presidente decidiu alhear-se de uma tomada de posição que era a legalmente estabelecida pela DGS em condições da recente pandemia, remetendo a decisão da continuidade da reunião para a Assembleia Municipal e tendo esta tomado, erradamente, por maioria, a decisão da sua continuação, vários deputados de vários partidos, PS, CDU e Bloco de Esquerda, decidiram então, e depois de lançarem o alerta, abandonar a reunião ao fim de 4 horas....

Porque esta é a verdade e não está reflectida na acta da referida reunião faço hoje esta declarações, por escrito, para a acta presente, de hoje, 29 de Setembro de 2020.

Francisco Colaço
Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda do Cartaxo
02-03-2021

Emprego, Empreendedorismo e Desendividamento

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo Pedro Ribeiro,

Exmos. Membros do Executivo Municipal,

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Augusto Parreira,

Exmos. Membros da Assembleia Municipal,

Dirijo-me a vossas excelências por um meio peculiar num tempo também ele peculiar. Vivemos hoje peripécias que nunca pensámos viver, naquela que nos é apresentada como a maior crise epidémica mundial desde a infame Gripe Espanhola à qual, dizem, se seguirá a maior crise económica desde a Grande Depressão de 1929. Dito desta forma, a realidade que hoje enfrentamos parece destruir a mais hercúlea força humana, mas garanto-vos que aqueles que a conhecem verdadeiramente sabem que é preciso muito mais para a deitar abaixo.

A reunião em que hoje participam ocorre num período pós-desconfinamento que foi possível alcançar graças à tenacidade, cidadania e compromisso com que a generalidade dos portugueses e, em particular, dos nossos munícipes abordaram e respeitaram as contingências necessárias ao controlo da propagação do vírus, contribuindo heroicamente com isso para proteção da vida de todos nós. Não obstante os excelentes resultados que esses comportamentos permitiram alcançar até ao dia de hoje, convém sensibilizar para que não deixemos afrouxar os nossos esforços e manter em mente que o equilíbrio que temos conseguido preservar pode ser perdido com um qualquer descuido.

Se a minha mensagem relativamente à crise epidémica é apenas a de continuar o bom trabalho até agora realizado, a minha opinião relativamente à crise económica é a de que há muito mais que podemos fazer. E um pilar fundamental dessa dinâmica que está por concretizar é a mentalidade com que enfrentamos este momento.

No meu humilde ponto de vista, Portugal tem um problema grave de mentalidade. Uma dessas facetas é a falta de ambição generalizada que temos no nosso país. As grandes metas que traçamos têm muitas vezes como objetivo alcançar a média Europeia, a média disto, a média daquilo. Isso quer dizer, que a nossa grande meta é tornar-nos medianos e, por isso, nunca iremos na melhor das hipóteses passar disso. Pior que isso, esta falta de ambição acaba por contaminar a maioria das pessoas, o que as leva a acomodar-se, castrando o seu potencial, atrofiando as suas capacidades e reduzindo a sua produtividade.

Esta falta de ambição coabita frequentemente com outro grande fator limitador: a inimputabilidade da responsabilidade pessoal. No fundo, aquela conduta de colocar sempre as culpas nos outros. Aquela visão de que tudo aquilo de errado que se passa na minha vida e à minha volta não é responsabilidade minha, mas de uma outra pessoa que não gosta de mim ou de um outro condicionalismo conveniente. Aquela visão de que a responsabilidade de alterar essa realidade não é minha, mas dessa pessoa ou do Estado, ou até que essa responsabilidade

jaz nos braços da impossibilidade de fazer essa alteração. Meus amigos, enquanto estivermos focados em justificar as razões que nos levam ao insucesso, nunca iremos criar um plano para alcançar o sucesso. E o primeiro passo nessa caminhada passa precisamente por compreender e aceitar a nossa responsabilidade individual. Somos nós os criadores da nossa realidade e por isso está nas nossas mãos a construção da realidade que ambicionamos. Tudo o resto são desculpas que inventamos para nos confortarmos com a nossa decisão de nos conformarmos com o que temos.

Estes exemplos mostram parte da cultura que nos conduziu ao país que temos hoje. A mesma cultura que leva a maioria de nós a olhar para o Estado neste tempo de crise à espera que faça alguma coisa para resolver os problemas que existem. Nada mais errado. São as pessoas o motor da sociedade e da economia e, nesta analogia, o Estado está aqui apenas para servir de engrenagem e garantir que toda aquela energia é convertida em movimento. Querir usar uma engrenagem como motor é uma ideia tão incorreta que se nega a si mesma. E se o motor ficar parado, a engrenagem pode até ser fantástica, mas não vai haver movimento. Em suma, a solução passa por fazer as pessoas entenderem a sua função e garantir que juntas geram a força necessária para respondermos a esta crise. Depois, aí sim, cabe ao Estado assegurar que toda essa força é convertida em movimento.

E foi neste sentido que preparei este documento. O Governo tem lançado toda uma coletânea de apoios financeiros que são e estão a ser importantíssimos para ajudar as pessoas e as empresas mais fragilizadas a superar este momento. Por razões orçamentais, não podemos ter a mesma ambição de ter a nível municipal um plano de apoio dessa índole. No entanto, podemos certamente ter impacto numa área que tem sido negligenciada pelo Governo até agora e que não é, de todo, menos importante do que a primeira. Dizem: “Dê a um homem um peixe e ele se alimentará por um dia. Ensine um homem a pescar e ele se alimentará por toda a vida.” Ou seja, os apoios financeiros que o Governo está a dar neste momento são o peixe que alimenta as pessoas neste “dia” difícil. No entanto, será a nossa capacidade de ensinar essas pessoas a pescar que nos vai dar, a elas e a nós, a capacidade de sair desta crise. E há três tipos de peixe que devemos ensinar a pessoa a pescar: o do emprego, o do empreendedorismo e o do desendividamento.

Em primeiro lugar, o emprego. Milhares de pessoas perderam ou vão perder o seu emprego durante esta crise. A perda desse emprego representa muitas vezes a entrada em incumprimento financeiro e ao colapso completo da vida das suas famílias. Portanto, é fundamental para estas pessoas voltarem o mais rapidamente possível a encontrar emprego. No entanto, nem toda a gente sabe como o fazer eficazmente e este desconhecimento paga-se caro e é, sem dúvida, um fator indutor de desigualdade. O Município através de projetos como o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) pode ter aqui um papel importante na correção destas desigualdades. É importantíssimo uma pessoa saber identificar os empregos que procura, as competências que tem e as que ainda precisa de adquirir, como comunicar essas competências na forma de um CV ou entrevista de emprego, entre outros. A minha pergunta é se o GIP está neste momento a suprir estas necessidades e a concretizar os objetivos para que foi criado. Como tem sido a procura destes serviços de apoio ao emprego? As pessoas percebem a sua utilidade? Mesmo que o GIP já funcione bem, o que está a ser feito para melhorar ainda mais a sua eficácia e relevância? O que está a ser feito para fazê-lo chegar a ainda mais pessoas? Ambição. É sempre possível fazer melhor.

Em segundo lugar, o empreendedorismo. A economia germina da simbiose entre empresas e trabalhadores. Já falámos do apoio àqueles que procuram emprego, falemos agora daqueles que procuram criar a sua empresa. É fundamental ajudar estas pessoas a compreenderem como podem começar a sua empresa, entender o seu posicionamento no mercado, como tornar a sua proposta de valor diferenciadora, entender e cumprir com a parte burocrática, entre outros. Existe um gabinete na Câmara de apoio ao Empreendedorismo. Pergunto, a ação deste gabinete está a suprir estas necessidades e a concretizar os objetivos para que foi criado? Como tem sido a procura destes serviços de apoio? As pessoas percebem a sua utilidade e acreditam que podem criar o seu negócio? Mesmo que este gabinete já funcione bem, o que está a ser feito para melhorar ainda mais a sua eficácia e relevância? O que está a ser feito para fazê-lo chegar a ainda mais pessoas? Ambição. É sempre possível fazer melhor.

Finalmente, o desendividamento. Conhecimento é poder e a literacia financeira é um bem escasso não só no nosso país, mas por todo o mundo. A inexistência desta matéria na totalidade dos programas do nosso ensino obrigatório, leva à existência recorrente de situações dramáticas na gestão das finanças pessoais. As pessoas não têm culpa da sua ignorância porque nunca foram ensinadas ou até estimuladas a procurarem aprender sobre o assunto. Esta gestão desqualificada das suas finanças faz com que muitas delas estejam extremamente vulneráveis nestes momentos de crise. No fundo, a base em que assentam as suas vidas é demasiado estreita para que o equilíbrio das mesmas não seja posto em causa. São abundantes nestas alturas os casos de endividamento descontrolado, em que estas pessoas se sentem encurraladas num labirinto cuja saída parece impossível de encontrar. Desconheço a existência de um gabinete municipal para a resolução deste tipo de situações. Lembro que o dinheiro por si só não traz felicidade, mas garante liberdade a quem o possui. Liberdade essa que quando castrada põe em causa os valores da democracia que defendemos. É por isso crucial dotar as pessoas da literacia financeira necessária para gerirem eficazmente o seu dinheiro, ensinar-lhes estratégias para que possam aplicar esse conhecimento nas suas vidas e estar lá nos momentos em que perderam o controlo e ajudá-las a recomeçar. Pergunto, já existe um gabinete ou projeto para lidar com este tipo de situações? Se não, para quando a sua criação? Posto isto, há que garantir que está a suprir as necessidades que identificámos e a concretizar os objetivos para que foi criado. Há que assegurar que as pessoas percebem a utilidade deste serviço e incentivar a sua procura. E há que a cada dia perguntar: o que está a ser feito para melhorar ainda mais a eficácia e relevância deste serviço? O que está a ser feito para fazê-lo chegar a ainda mais pessoas? Lembrem-se, ambição. É sempre possível fazer melhor.

Com isto concluo a minha exposição. Agradeço a oportunidade de participar e a atenção que me dedicaram. Manifesto-me completamente disponível para ajudar a implementar e melhorar estas ideias que aqui apresentei. Desejo o resto de uma boa assembleia a todos. Termino lembrando que na base de tudo aquilo que apresentei estão os valores da liberdade e da igualdade de oportunidades. Vamos dar a qualquer cidadão, independentemente do seu grau de escolaridade ou possibilidades financeiras, a capacidade de planear e criar o futuro que pretende para si e para a sua família.

Obrigado.

Ricardo Magalhães

26 de junho de 2020

Município do Cartaxo - Assembleia Municipal

De: Telma Ferreira <ferreiratelma1@gmail.com>
Enviado: 25 de junho de 2020 18:34
Para: Município do Cartaxo - Assembleia Municipal
Assunto: ALTERAÇÃO DO LOCAL DO MERCADO TÊXTIL SEMANAL: CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS E INJUSTIÇAS

Ex.mos(as) Senhores(as),

Assembleia Municipal do Cartaxo

Venho por este meio enquanto cidadã e gerente/representante de uma das Lojas do Mercado Municipal do Cartaxo, expressar o descontentamento relativamente às alterações decididas pela Câmara Municipal do Cartaxo, passando o mercado têxtil semanal para a área circundante à Praça de Touros.

Devo realçar ainda que esta minha opinião exprime a voz da maioria dos Lojistas, Vendedores no interior do Mercado, Vendedores no exterior e clientes do Mercado – com os quais contacto diariamente, há vários anos.

Acompanhei os artigos nos jornais locais e falei com vários lojistas, vendedores nas bancas e no exterior, e ainda clientes. Todos eles expressaram o seu desagrado perante esta mudança, pois a mesma traduz significativos prejuízos económicos para todos.

A “parceria” entre vendedores do exterior, lojistas e vendedores nas bancas, não está formalizada, no entanto existe há gerações e todos dependem uns dos outros para assegurar as suas vendas. E é uma parceria que tem funcionado e assegurado a sobrevivência de todos os que ali desenvolvem a sua actividade económica.

Ora sendo estes tempos difíceis a vários níveis, esta alteração vem ainda criar um maior acréscimo das dificuldades económicas a todos.

É ainda uma mudança negativa a longo prazo, pois irá levar a um afastamento dos clientes (muitos deles clientes comuns a todos). Os clientes queixam-se presentemente que “não lhes apetece andar por ali às voltas” e que “está tudo muito afastado” e de futuro irão deixar de ir ao mercado têxtil e os próprios vendedores deixarão de vir pois não é lucrativo para os mesmos e irão procurar outros lugares. Isto irá levar também a perdas significativas para as lojas e vendedores nas bancas do interior do mercado.

Também da perspectiva dos vendedores no exterior, os mesmos deixam de beneficiar dos clientes das lojas/ bancas interiores. E já manifestaram uma diminuição drástica nas vendas.

Os prejuízos deste afastamento dos vendedores do exterior para a zona da Praça de Touros são visíveis e colocam em risco vários postos de trabalho.

Estas dificuldades já estão a ser sentidas, e mesmo que esta mudança seja provisória, irá afastar os clientes, que irão habituar-se a outros espaços comerciais, sendo posteriormente mais difícil recuperá-los.

Atendendo às condicionantes sanitárias relacionadas com a pandemia, parece-nos a todos mais adequado manter os vendedores no espaço circundante ao Mercado, nos mesmos termos em que é realizada a feira das velharias. Deste modo ninguém ficaria prejudicado, manter-se-iam as condições sanitárias com o afastamento necessário. Se as distâncias de segurança e as condições de saneamento e segurança (claramente importantes) estão asseguradas na realização da feira das velharias, a situação dos vendedores do mercado têxtil no exterior é claramente a mesma e não poderá ser resolvida do mesmo modo sem recurso a uma mudança tão drástica e tão prejudicial para todos?

E o estacionamento para acesso ao Mercado estaria igualmente assegurado no espaço marcado para o mesmo, junto à praça de touros e também no parque subterrâneo.

O Mercado Municipal é um espaço tradicional, com história e uma memória colectiva a preservar, mas acima de tudo é um lugar com produtos tradicionais e com qualidade claramente superior à de muitos hipermercados, com atendimento personalizado e uma imensa dedicação de todos os que ali trabalham. É

por isso que vos peço atenção a esta questão, com o carinho familiar que certamente irão receber quando se deslocarem ao Mercado para fazer compras.

Deste modo, venho solicitar que a localização do mercado têxtil seja revista e os vendedores colocados no espaço circundante ao Mercado Municipal.

Com os melhores cumprimentos, e grata pela atenção dispensada,

Telma Ferreira

Município do Cartaxo - Assembleia Municipal

De: Francisco Mendonça <franc.mendonca@gmail.com>
Enviado: 25 de junho de 2020 11:54
Para: Município do Cartaxo - Assembleia Municipal
Cc: Pedro Miguel Magalhães Ribeiro; geral@jf-cartaxoevaladapinta.pt; Jorge Bruno da Silva B Gaspar
Assunto: Fwd: ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO DIA 26 DE JUNHO
Anexos: P_20200625_080144.jpg; P_20200625_080153.jpg; P_20200620_191302.jpg

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Cartaxo

Em aditamento ao e-mail anterior, junto envio 3 fotografias tiradas na EN3, à entrada do Cartaxo e que fundamenta a descrição do 4. do m/ e-mail, no que se refere à sinalização de trânsito coberta por vegetação.

Tal situação, para além do incumprimento da legislação em vigor por "quem de direito", deixa uma triste imagem de cidade abandonada.

Com os melhores cumprimentos,

Francisco José Alves Mendonça

----- Forwarded message -----

De: Francisco Mendonça <franc.mendonca@gmail.com>
Date: quarta, 24/06/2020 à(s) 17:14
Subject: ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO DIA 26 DE JUNHO
To: <assembleia@cm-cartaxo.pt>
Cc: <pribeiro@cm-cartaxo.pt>, <geral@jf-cartaxoevaladapinta.pt>, <jgaspar@cm-cartaxo.pt>

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Cartaxo,

Venho por este meio, enquanto cidadão e munícipe do Cartaxo, questionar esta assembleia sobre um conjunto de assuntos que afectam gravemente a nossa cidade, bem como a qualidade de vida dos seus habitantes. Gostaria de os ver discutidos e resolvidos por quem de direito, a saber:

1. Sendo certas as dificuldades financeiras em que a Câmara Municipal do Cartaxo (CMC) está envolvida/empenhada, aliás como é público, no âmbito da assistência financeira do Fundo de Apoio Municipal;
2. Existe também, e naturalmente, um enorme mal-estar generalizado entre todos os cartaxeiros, devido à falta de limpeza dos espaços verdes, bairros, arruamentos e passeios em redor das suas habitações (escuso-me a especificar, devido à lista extensa);
3. A rede viária apresenta-se bastante degradada, como é do conhecimento público, necessitando de uma intervenção a sério, de modo a não andarem constantemente a “tapar buracos”;

4. A sinalização de trânsito existente em certas vias não se encontra bem visível, estando mesmo alguns sinais/placas, parcial ou totalmente cobertos por vegetação, constatando-se deste modo a falta de limpeza nos terrenos adjacentes, por parte dos proprietários (atente-se que o prazo para a limpeza dos terrenos/propriedades já terminou). Por outro lado, configura uma clara violação da lei, por parte das autarquias (CMC e UJCVP) que têm obrigação perante os municípios e fregueses (eleitores), de manter/cuidar do património municipal, conforme promessas eleitorais...

5. Por último, a questão: Tendo em conta tudo o que antecede, para mais, estando o País a atravessar um período de alto risco de incêndios, gostaria de saber de que forma o executivo camarário (CMC) e a Junta de freguesia (União...) pretendem resolver estes problemas da população (que em alguns casos não implicam grandes custos económicos)?

- Tenho como única motivação o interesse público...

“Quem gosta, cuida”

Atenciosamente,

O município

Francisco José Alves Mendonça

(Contribuinte: 176553533)

Município do Cartaxo - Assembleia Municipal

De: Pedro Devesa <pdevesa@outlook.com>
Enviado: 23 de junho de 2020 10:12
Para: Município do Cartaxo - Assembleia Municipal
Assunto: Informação sobre limpezas a cargo da Câmara Municipal do Cartaxo

Bom dia

Para quando uma limpeza/manutenção dos espaços verdes, passeios, vala da urbanização quinta das correias, urbanização pateo das laranjeiras, urbanização da cabreira, urbanização quinta de santa Eulália etc. Estamos em período de alto risco de incêndio, já terminou o prazo para limpeza de terrenos e respetivas propriedades. Porque é que a proteção civil não interviu?

Os meus melhores cumprimentos

Pedro Devesa, residente na urbanização quinta das correias

Obter o [Outlook para Android](#)

Município do Cartaxo - Assembleia Municipal

De: joana.antunes1 <joana.antunes1@sapo.pt>
Enviado: 22 de junho de 2020 18:04
Para: Município do Cartaxo - Assembleia Municipal
Assunto: Questão para a Assembleia

Olá muito boa tarde, o meu nome é Joana Antunes e gostaria de colocar as seguintes questões

Se vai haver abertura das escolas?

Caso haja abertura das escolas, que medidas vão adotar para que possa ser feita em segurança?

Continuação de bom trabalho e saúde para todos

Atenciosamente

Joana Antunes

Enviado a partir do meu smartphone Samsung Galaxy.

